

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MANOEL AFONSO FERREIRA CUNHA

**IMPrensa E GOLPE DE ESTADO NO MARANHÃO: o posicionamento
institucional dos jornais *O Imparcial* e *Jornal Pequeno* durante o governo João
Goulart.**

SÃO LUÍS

2015

MANOEL AFONSO FERREIRA CUNHA

IMPrensa E GOLPE DE ESTADO: o posicionamento institucional do Jornal *O Imparcial* e do Jornal *Pequeno* durante o governo João Goulart.

Monografia apresentada à coordenação do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de licenciatura.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº Monica Piccolo Almeida (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

1º Examinador

2º Examinador

Agradecimentos

A vida é feita de ciclos e neste momento um deles se encerra. Nenhum de nós caminha sumariamente sozinho na vida. As conquistas sempre estarão ligadas àqueles que caminham junto com você. Nesse momento marcado pelo fim de uma caminhada e início de outra, existe a necessidade de reconhecimento de quem tanto lutou ao meu lado e a quem dedico essa vitória.

Meus mais sinceros e carinhosos agradecimentos a todos que contribuíram no meu crescimento intelectual e enquanto ser humano, minha família, amigos, professores e companheiros de estrada.

Aos meus pais, Manuel Magalhães Cunha e Terezinha de Jesus Ferreira, e as minhas irmãs, Ana Karoline Ferreira Cunha e Ana Vitória Ferreira Cunha, que não mediram esforços, dentro de suas possibilidades, para me colocarem no lugar onde estou. O eterno sacrifício está sendo recompensado agora. Amo todos vocês.

Aos meus professores, por fazerem parte da minha formação profissional, mas que em vários momentos estabeleceram um papel de conselheiros não somente sobre a História, mas também sobre a vida. A vocês meu muito obrigado.

A Monica Piccolo Almeida, que não foi só uma professora e orientadora, sendo por inúmeras vezes uma mãe e amiga. Obrigado por compartilhar seu maravilhoso conhecimento, mas também sua casa e, principalmente, sua geladeira. Muito obrigado por tudo.

Aos grandes amigos e companheiros de graduação que estiveram todo esse tempo ao meu lado trocando experiência, conhecimento, dinheiro, gargalhadas. Sem vocês eu não seria o que sou.

"A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado"

March Bloch

"Todos os homens do mundo na medida em que se unem entre si em sociedade, trabalham, lutam e melhoram a si mesmos."

Antonio Gramsci

RESUMO

Tomando por base as formulações teóricas elaboradas pelo filósofo e militante político italiano Antonio Gramsci, esta pesquisa tem como objetivo analisar o posicionamento institucional dos jornais *O Imparcial* e *Jornal Pequeno* entre os anos de 1961 a 1964. Algumas temáticas de grande importância serão investigadas como: a crise em torno da posse João Goulart, os embates referentes ao plebiscito presidencialista, o Plano Trienal as agitações políticas marcadas pela Revolta dos sargentos e marinheiros, assim como o grande comício de 13 de março de 1964 na Central do Brasil, que marcou o processo de aceleração da conspiração golpista. Este recorte temporal justifica-se pelo período em que o Brasil foi governado pelo presidente João Goulart, último governo democrático antes da Ditadura Empresarial-Militar. Atendendo às novas necessidades da historiografia maranhense no que tange aos estudos relativos à História Contemporânea do Brasil, este trabalho procura refletir sobre a ressonância dos principais processos históricos ocorridos no governo João Goulart no Estado do Maranhão, levando em consideração a importância da imprensa escrita na construção de um consenso em torno de um projeto ideológico da então classe dominante.

Palavras-Chave: Governo João Goulart; Imprensa; Maranhão.

ABSTRACT

Based on the theoretical formulations developed by the Italian political philosopher and activist Antonio Gramsci, this research aims to analyze the institutional position of the newspaper *The Impartial and Small Newspapers* between the years 1961 to 1964. Some very important issues will be investigated as: crisis over the ownership João Goulart, the battles for the presidential referendum, the Three-Year Plan the political upheavals marked by the revolt of the sergeants and sailors, as well as the big rally of March 13, 1964 in Brazil's Center, which marked the process of acceleration of the coup conspiracy. This time frame is justified by the period in which Brazil was ruled by President João Goulart, last democratic government before the Corporate-Military Dictatorship. Given the new needs of historiography Maranhão in relation to studies on the Contemporary History of Brazil, this paper attempts to reflect on the resonance of the main historical processes occurring in the Goulart government in the state of Maranhão, taking into account the importance of the press in construction a consensus on an ideological project of the then ruling class.

Keywords: Government Goulart; Press; Maranhão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
Capítulo 1 - Perspectivas teóricas: os jornais enquanto fontes, o Tempo Presente e o Estado Ampliado em Gramsci.	14
1.1. Por uma História do Tempo Presente no Maranhão	14
1.2. O jornal enquanto fonte.	15
1.3. Estado e sociedade civil: as contribuições de Antonio Gramsci.	17
Capítulo 2 - O Golpe Empresarial-Militar de 1964: um debate historiográfico.	23
2.1. O pioneirismo da ciência política.	23
2.2. O campo marxista.	27
2.3. A literatura revisionista.	30
2.4. A concepção "empresarial-militar".	32
Capítulo 3 - Aproximações e distanciamentos: a imprensa maranhense e o governo João Goulart.	38
3.1. Da posse ao plebiscito: a imprensa e o tom conciliatório.	41
3.2. Crise econômica e tensão política: o desgaste de Goulart nos jornais maranhenses.	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

O governo João Goulart e Golpe de 1964 que deu início a um período sombrio de autoritarismo são lacunas ainda abertas no que se refere à historiografia maranhense. A História do Brasil Contemporâneo analisada a partir das particularidades locais, levando em consideração a investigação de fontes jornalísticas, tem total relevância para o entendimento desses períodos da História brasileira sob a percepção maranhense, procurando contribuir também para a nacionalização da produção do eixo sul-sudeste. As especificidades históricas do Maranhão existem e, portanto, devem ser resgatadas.

Assim sendo, o objetivo principal deste trabalho gira em torno de estabelecer uma análise da grande imprensa escrita local, a partir da reflexão sobre o papel de dois grandes jornais locais, *O Imparcial* e o *Jornal Pequeno*¹, durante o mandato do presidente João Goulart (1961-1964). Governo que se destacou por grande agitação política e forte crise econômica, a gestão de Jango foi marcada ainda por uma intensa crise institucional que terminou com o rompimento do regime democrático em 1964.

No entanto, outras questões também serão problematizadas nesta pesquisa. Trabalhar o período da ditadura, em especial sua origem, ainda durante o mandato de Goulart, exige o entendimento do que seja a História do Tempo Presente. Além disso, a utilização dos jornais enquanto fonte primária incita a necessidade de refletirmos o quão importante é marcar o lugar dos meios de comunicação para o exercício da análise histórica.

O **primeiro capítulo** deste trabalho é dedicado às discussões teóricas e metodológicas que guiam o trabalho. São discutidas questões como a atuação do historiador no que é chamado “História do Tempo Presente”, os principais conceitos gramscianos que orientam a pesquisa e a utilização dos impressos como fonte documental.

Assim, propõe-se que o historiador do Tempo Presente precise ter a real noção do quanto o mundo, o Brasil e, em especial, o Maranhão mudaram nos últimos cinquenta anos. No que se refere destacadamente às investigações sobre o último governo democrático antes da instauração da Ditadura brasileira, tecer uma análise sobre esta temática nos faz identificar problemas do passado que ainda são questões do nosso presente.

¹ Os exemplares dos jornais *O Imparcial* e *Jornal Pequeno* utilizados como fonte primárias desta pesquisa encontram-se acondicionados na Biblioteca Pública Benedito Leite, localizada na praça Deodoro, centro de São Luís. Apresentam-se organizados em livros divididos por trimestres de cada ano, localizados em arquivos e prateleiras do setor de jornais da biblioteca.

O cuidado com as fontes, com destaque para imprensa escrita, exige do pesquisador do Tempo Presente um profundo rigor teórico. O exercício de seu ofício enquanto profissional deve estar sempre pautado pelo rigor da pesquisa histórica qualificada. Neste sentido, as fontes impressas têm profundo destaque.

A utilização dos jornais foi um grande avanço para a pesquisa histórica no século XX em função da renovação metodológica trazida pelo marxismo da *New Left Review* e da Escola dos Annales através da abordagem de novos problemas, abordagens e métodos. Sem dúvida, a interdisciplinaridade advinda dos diálogos com a filosofia, sociologia, pedagogia e outras áreas, contribuiu para se estabelecer uma nova leitura sobre os documentos uma vez que por muito tempo a imprensa foi um recurso secundário de investigação histórica. Atualmente, entretanto, sua utilização possui ressonância nas preocupações da contemporaneidade.

Em contribuição ao estudo do Tempo Presente a partir da utilização de fontes impressas temos o arcabouço teórico de Antônio Gramsci. As elaborações teóricas do filósofo italiano trouxeram uma renovação ao pensamento marxista, mas sobretudo ao entendimento do lugar dos meios de comunicação no espaço das lutas de classes. A socialização da política, marcada pelas revoluções democrático-burguesas, tem grande importância nisso.

Um das principais contribuições do militante sardo sem dúvida foi a noção de Estado Ampliado. Com as novas formas de mobilização política e de interesses de classes oriundas do surgimento de grandes sindicatos, dos partidos políticos modernos, de fortalecimento do Parlamento e de outras instituições, a incorporação das massas no cenário político através da ampliação do direito de voto, foi remodelado o processo de embate classista. A partir de então, as classes dominantes traçariam novas estratégias de permanência no poder.

Neste contexto que Gramsci se destaca com o seu conceito de Hegemonia. Para o ex-membro do Partido Comunista italiano, haveria agora a necessidade das frações de classes ou bloco de classes de conquistarem a hegemonia através não só da coerção, mas também do consenso. Com isso, destaca-se, dentro da obra gramsciana, os dois planos superestruturais da Sociedade Civil e da Sociedade Política.

Os jornais, dentro da esfera dos meios de comunicação, passariam a ser entendidos, no âmbito da Sociedade Civil, como “Aparelhos Privados de Hegemonia”. No outro plano superestrutural está o Estado em seu sentido restrito, ou seja, a Sociedade Política e seus “Aparelhos Coercitivos”. Essas elaborações serão melhor discutidas no decorrer da primeira parte do trabalho.

O **segundo capítulo** desta pesquisa monográfica traz um necessário debate historiográfico sobre as principais correntes de entendimento do Golpe Empresarial-Militar de 1964, mediante análise da importância das nuances políticas e econômicas do governo João Goulart no desfecho autoritário do 31 de março de 1964.

Nesta parte se destacarão quatro grupos de pesquisadores que procuraram refletir sobre a temática. A primeira delas traz os pioneiros da Ciência Política influenciados pela sociologia norte-americana. Os trabalhos de Wanderley Guilherme dos Santos, Argelina Figueiredo, Maria Celina D'Araújo, Gláucio Dillon Soares, Maria Helena Moreira Alves, Alfred Stepan, Fernando Henrique Cardoso, e Octávio Ianni enfatizaram os aspectos políticos-institucionais.

Destas análises saíram importantes reflexões sobre a necessidade da gestão autoritária para o novo processo de acumulação de capital, assim como a relação entre Estado e oposição, o papel e opinião das Forças Armadas sobre o movimento político-autoritário de 1964 e também a importância da figura do presidente Goulart nesse processo.

No segundo grupo de pesquisadores, que possui em comum a orientação teórica marxista, destacam-se nomes como René Armand Dreifuss, Jacob Gorender e Nelson Werneck Sodré. Suas investigações elucidaram questões sobre o caráter classista do Golpe de 1964, a forte mobilização da classe trabalhadora e a agenda reformista que estava por ameaçar a ordem burguesa vigente.

A terceira linha de estudos foi identificada por este trabalho como revisionista. Dentro desse grupo de pesquisadores, Marco Antonio Villa, Daniel Aarão Reis Filho e Jorge Ferreira são seus expoentes. As problematizações revisionistas possuem atualmente grande apelo midiático, muitas delas reforçam estereótipos marcantes sobre a temática do governo Jango e sobre o Golpe de 1964. Os trabalhos oriundos dessa corrente visaram equiparar o conspiracionismo tanto à direita quanto à esquerda. O Golpe, para eles, foi uma reação da direita frente ao radicalismo da esquerda.

O **terceiro e último capítulo** analisa o posicionamento institucional da grande imprensa escrita maranhense da época. Os jornais *O Imparcial* e o *Jornal Pequeno* foram os objetos de análise. As questões abordadas sob a visão destes periódicos foram a crise desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros e posse de Jango; o desgaste político advindo da crise econômica, da forte mobilização das classes trabalhadoras, dos movimentos camponeses e segmentos subalternos das Forças Armadas; e o abandono quase total da imprensa local às vésperas do dia 31 de março de 1964, a partir de fatos que marcaram e aceleraram a conspiração golpista como a Revolta dos Marinheiros e o grande comício da Central do Brasil.

Em 1964 instaura-se no Brasil um regime ditatorial que duraria duas décadas, tendo origem numa profunda articulação dos setores do empresariado brasileiro, do capital estrangeiro e das Forças Armadas, assim como de grandes figuras da política do país. Período marcado principalmente por intensa repressão às classes trabalhadoras, concentração exacerbada de renda nas mãos de uma minoria e censura aos principais meios de comunicação e canais de contestação ao regime, a Ditadura Empresarial-Militar marcou de maneira funesta a história recente do Brasil.

Neste sentido, a coalizão empresarial-militar elaborou um grande e eficaz projeto de conquista no Estado pautado no controle de todos os mecanismos disponíveis e possíveis da Sociedade Civil. Sendo assim, o controle sobre os meios de comunicação era condição primordial para desestabilização do governo João Goulart, promovendo um ambiente favorável para aqueles que buscavam uma solução autoritária para os "problemas" do país.

Diante disso, a seguinte pesquisa analisará o posicionamento institucional da grande imprensa maranhense durante o governo do presidente João Goulart. Os periódicos trabalhados serão o *Jornal Pequeno*² e o *O Imparcial*³ dois grandes veículos da comunicação impressa de São Luís na década de 1960. Algumas temáticas de grande importância serão investigadas como: a crise em torno da posse João Goulart, os embates referentes ao plebiscito presidencialista, o Plano Trienal e das agitações políticas marcadas pela Revolta dos sargentos e marinheiros, assim como o grande comício de 13 de março de 1964 na central do Brasil, que marcou o processo de aceleração da conspiração golpista.

A relevância desse estudo justifica-se pela necessidade de profundas pesquisas históricas sobre a História Contemporânea do Brasil, levando em consideração as peculiaridades regionais. Entender como os principais fatos históricos reverberaram no estado do Maranhão ainda é algo incipiente e extremamente caro ao entendimento do que foi o governo João Goulart e o golpe empresarial-militar⁴ que deu início a ditadura.

² O *Jornal Pequeno* nasceu em 1947, com o nome de *O Esporte*, em 1951, mudou seu nome para *Jornal Pequeno/ O Esporte*, conservando-se um jornal essencialmente esportivo. Com o passar do tempo, o jornal se tornou noticioso e crítico, passando a apresentar um panorama nacional, com pequenas notícias sobre alguns estados e colunas relacionadas a cinema, agricultura e pecuária, assim como, notícias de esporte

³ Jornal noticioso fundado em 1 de maio de 1926, tendo J.Pires como diretor. Tornou-se, mais tarde, órgão dos Diários Associados. Jornal de grande circulação no Estado, com noticiadas várias, até hoje.

⁴ A adoção do termo "Empresarial-Militar", no que se refere tanto ao golpe de 1964 quanto ao regime autoritário subsequente, representa a marcação de um posicionamento dentro dos embates teóricos em torno do caráter da conspiração que destituiu João Goulart do executivo federal e dos posteriores anos de estado de exceção. Tendo em vista a utilização do termo "Civil-Militar" por uma corrente revisionista que confirma e reproduz uma série de mistificações sobre o período, endossamos a aplicação do termo "Empresarial-Militar", originalmente proposto pelo historiador René Armand Dreifuss em sua obra *1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*, na qual é ressaltado o caráter classista do Golpe e da Ditadura.

A produção historiográfica maranhense encontra-se ainda bastante incipiente diante de pesquisas que procurem analisar o último governo democrático antes da ditadura, no que se refere tanto às peculiaridades locais quanto nacionais. Portanto, a originalidade desta pesquisa vem atender a essas demandas, estabelecendo reflexões e sobre a História Política brasileira sob a ótica da grande imprensa local.

Logo, este trabalho se propõe a abordar importantes questões como as perspectivas que estavam envolvidas na opinião e/ou posicionamento institucionais desses jornais durante o governo Jango. Assim como a análise do comportamento crítico dos periódicos em relação ao então presidente desde sua posse até o golpe, se eles permaneceram os mesmos ou mudaram de acordo com os acontecimentos políticos, com destaque para as movimentações políticas marcadas pela campanha em prol da legalidade e a favor da posse do presidente Goulart, o plebiscito que revogou o parlamentarismo, a Revolta dos sargentos em 1963, a Revolta dos marinheiros e o comício da central do Brasil, ambos em março de 1964, as vésperas do golpe de estado.

O recorte temporal justifica-se pela necessidade de análise da conjuntura pré golpe de 1964 para entendermos muito do que aconteceu durante o estado de exceção vivido pelo Brasil durante duas décadas. Isto posto, qualificar esses grupos civis que trabalharam fortemente na desestabilização de João Goulart, em especial os grandes empresários do ramo da comunicação aqui no Estado do Maranhão, assim como os jornalistas que atuavam nestes, contribuirá bastante para reflexão de questões que a historiografia local ainda não responderam.

Portanto, a pesquisa visa ampliar o conhecimento da academia e sociedade maranhense sobre esse importante momento da história política brasileira. Contribuir com a tímida produção historiográfica maranhense sobre o período, ressaltando o fato de que a maioria das pesquisas históricas ainda está no eixo Rio - São Paulo. Sendo assim, necessita-se destacar as especificidades e singularidades históricas do Maranhão, servindo de elo para o desenvolvimento de maiores estudos sobre a temática em nosso estado.

Capítulo 1 - PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A IMPRENSA ENQUANTO FONTE, O TEMPO PRESENTE E O ESTADO AMPLIADO EM GRAMSCI.

Por uma História do Tempo Presente no Maranhão.

O estudo da História do Tempo Presente no Brasil é algo ainda bastante delicado e suscetível a inúmeras críticas, haja vista as questões suscitadas pela investigação determinados assuntos, levando em consideração o aspecto inquietante de lidarmos com problemas do nosso cotidiano, de trabalharmos temas históricos em que diversos atores de grande relevância ainda estão vivos. Portanto, é de suma importância atentar para o entendimento pleno desse momento ímpar para a História Contemporânea nacional, tendo como foco a análise dos principais estudos históricos sobre esse tema.

Aquele que se propõe a escrever sobre a História das últimas cinco, seis décadas, tem que ter noção do quanto o mundo mudou nesse pouco intervalo de tempo. Segundo Eric Hobsbawm:

E, para aqueles que querem escrever a história do século XX, uma das mais importantes reside no simples fato de saber, sem nenhum esforço especial, *o quanto as coisas se modificaram*. Os últimos trinta ou quarenta anos foram os mais revolucionários da história. O mundo, ou seja, a vida dos homens e mulheres que vivem na Terra, nunca foi transformado de maneira tão profunda, dramática e extraordinária dentro de um período tão curto. (HOBSBAWM, 1995, p.107)

Percebe-se que o pensamento do historiador inglês possui bastante aplicabilidade para a produção histórica no Brasil, em especial no estado do Maranhão. Realizar uma pesquisa acadêmica sobre a Ditadura, período bastante recente da história brasileira, sempre suscitará diversos questionamentos e problemas.

Para Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, a "história do presente englobaria os últimos cinquenta e sessenta anos" e que ainda está por se fazer e que merece, por parte do historiador, um primoroso cuidado com as fontes. Assim, o "*pesquisador deve estar bem atento à grande massa de documentos disponíveis, e que esta profusão de fontes exige do historiador uma seleção acurada, com repúdio e hierarquização contundentes, se fazendo mister esse ofício rigoroso*" (MARANHÃO FILHO, 2009, p.151)

Nesse caminho Eduardo de Andrade Machado traz uma importante contribuição:

A possibilidade de estudar o tempo presente instiga e muitas vezes apaixona quem dela faz uso, pelo próprio contato com a vivacidade das fontes e seus desafios. Deve-se encarar o fato da realização deste tipo de história não apenas

como algo sem finalidade, porém, entender que existe uma função social neste fazer, afinal, dar voz àqueles negligenciados muitas vezes pelo tipo de tradição em que se encontravam os historiadores, é, antes de mais nada, uma missão. É de certa forma, algo que chama a atenção para que seja evidenciada e ressaltada a importância do estudo do tempo presente que pode, e tem poder para isso, contemplar lugares dantes desconhecidos. (MACHADO, 2010, p.04)

Jamais será um ato menor escrever ou estudar o que se vive, desde que não submetamos a excelência do ofício do historiador, a partir de suas premissas teórico-metodológicas, aos seus simples interesses pessoais, demonstrando a toda uma sociedade a responsabilidade que é o trabalho de um historiador.

1.2 O Jornal enquanto Fonte.

Após a superação da noção dominante ao longo do século XIX de que os jornais eram documentos pouco apropriados para o desenvolvimento de reflexões sobre o passado, os impressos constituíram-se enquanto fontes primordiais para o “Fazer História” atual. Falando da realidade da historiografia brasileira, o recurso às fontes impressas trouxe grandes avanços às pesquisas históricas.

A renovação metodológica e temática advém claramente da revolução produzida pela Escola dos Annales. A terceira geração desse movimento propôs novos problemas, abordagens e métodos de análise histórica, a interdisciplinaridade ganhava espaço no ofício do historiador. Dialogar com outras áreas como a Filosofia, Sociologia, Ciência Política e Antropologia conduzia o historiador de formação a refletir sobre suas fronteiras de atuação.

Assim sendo, o alargamento do campo histórico e as renovações temáticas, frutos da difusão dos estudos culturais, a partir do abandono da macro-história, ensejaram nos historiadores uma nova leitura sobre o que era o documento e também às diferentes análises a partir dali feitas sobre as novas fontes históricas. Em paralelo a essa tendência, temos a renovação do marxismo enquanto teoria da história com seus principais expoentes Eric Hobsbawm, Perry Anderson e Raymond Williams.

Tanto a *New Left Review* quanto a Escola dos Annales procuraram deslocar o eixo de análise histórica. A partir da década de 1960, historiadores pelo mundo, influenciados por essas duas correntes, passaram a fazer História focalizando a “História vista de baixa”, a experiência dos derrotados. Abandonava-se o economicismo ortodoxo e priorizavam-se os aspectos culturais, alijados do “Fazer História” até então.

Em consonância com esses movimentos de distanciamento da macro-história, da ênfase aos aspectos culturais de pesquisa e das mudanças metodológica, temática e reflexiva, havia o surgimento da História imediata ou do Tempo Presente, âmbito até então exclusivo de cientistas sociais e jornalistas.

Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1974) afirmam que o uso da imprensa enquanto fonte histórica se dava de maneira apenas secundária, como recurso para confirmação de análises pautadas em outras documentações. Para elas, utilizar-se de fontes impressas tem benefícios para a produção historiográfica, pois estas, enquanto objetos de estudo, são instrumentos de intervenção social e manipulação de determinados interesses.

Não há como negar que para o estudo da História do Brasil contemporâneo, utilizar fontes impressas, em especial os jornais, tem grande relevância. Tânia Regina de Luca, no seu artigo *História dos, nos e por meio dos periódicos*, presente no livro *Fontes Históricas*, organizado pela professora Carla Bassanezi Pinsky, afirma que o papel desempenhado pelos jornais em qualquer tempo histórico, mas especialmente em períodos de regime autoritário, como a Ditadura Empresarial-Militar nascida em 1964, tem ressonância nas preocupações contemporâneas.

Para Tânia de Luca, uma melhor historicização das fontes impressa, em especial dos jornais, requer:

Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas como fontes históricas. (De Luca, 2008, p.139)

As técnicas de impressão, o lugar social da imprensa e a materialidade dos impressos são, para Tânia de Luca, aspectos metodológicos que têm norteado o manuseio dessas fontes, influenciando na produção de futuras pesquisas com diferentes temáticas, recortes temporais e orientações teóricas. A partir desses elementos, cabe ao historiador analisar os discursos ali ditos e não ditos pelas fontes impressas.

Um jornal, ao selecionar determinado tema, ordená-lo, estruturá-lo e narrá-lo, deixa exposto ao pesquisador o seu conteúdo, ideologia e público alvo. Assim, ao se trabalhar com uma notícia, o historiador tem como meta identificar as razões pelas quais o periódico optou por publicizar determinado assunto. Segundo Tânia de Luca, "*a ênfase em certos temas, a*

linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir." (DE LUCA, 2008, p.140)

Para facilitar a pesquisa histórica com jornais é preciso localizar a fonte em alguma instituição de pesquisa (sede do jornal, biblioteca ou arquivo) na qual esteja acondicionada; averiguar as condições de consulta e manuseio; atentar para a periodicidade; e, por fim, examinar todo o material de acordo com a problemática escolhida. Concluindo, ressaltamos a importância da utilização das fontes advindas da imprensa escrita para a proposição de análises que visem investigar as especificidades históricas do Maranhão em relação ao governo João Goulart, como no caso desta pesquisa, assim como de outras reflexões que abordem a o período da História Contemporânea do Brasil.

1.3 Estado e Sociedade Civil: contribuições de Antonio Gramsci.

Como balizamento teórico desta pesquisa temos as elaborações formuladas pelo filósofo italiano Antonio Gramsci. Conceitos como Hegemonia, Sociedade Civil, Sociedade Política, Estado Ampliado, Intelectual Orgânico e Partido nortearão a pesquisa. Logo, pensar as novas alternativas teórico-metodológicas advindas das formulações gramscianas são de suma importância para examinarmos o papel dos jornais impressos na construção de um consenso na cidade de São Luís, capital do Maranhão.

As principais contribuições filosóficas de Gramsci se deram em um contexto político bastante diferenciado no início do século XX. Seu trabalho foi desenvolvido num período em que já havia se generalizado a complexidade do fenômeno estatal, ou seja, das ações e abrangência do Estado. A experiência da época, representada por novos tipos de organização da classe trabalhadora, a partir da existência de partidos políticos operários, grandes sindicatos, a imprensa proletária e os parlamentos eleitos por voto direto e universal, fez surgir uma nova esfera social.

"Dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado"(Coutinho, 1989, p.75), a "Sociedade Civil", segundo formulações gramscianas, apresentou-se enquanto reflexo da intensificação dos processos de socialização da participação política. As primeiras décadas do século XX marcavam o avanço político de novos grupos e classes sociais, o que exigia novas formas de dominação das classes e frações de classes que controlavam o Estado.

O conceito de "Sociedade Civil" elaborado por Gramsci contribuiu de forma muito positiva para os estudos do materialismo histórico, enriquecendo a teoria marxista de Estado e reafirmando seu caráter classista. Neste sentido, o Estado constitui-se em sentido amplo, comportando duas esferas: a Sociedade Civil e seus organismos "privados" (Igreja, meios de comunicação, partidos políticos, associações de classe e sistema educacional), responsáveis pela elaboração e disseminação de ideologias; e a Sociedade Política, o Estado em sentido restrito, dotado de meios coercitivos como a burocracia, a polícia e o sistema judiciário.

É neste contexto teórico que se destaca o conceito de Hegemonia desenvolvido por Antonio Gramsci e que tanto contribuiu para que seu trabalho representasse um novo fôlego dentro marxismo no século XX. Para Gramsci, Hegemonia pode ser entendida como um direcionamento moral, político, cultural e intelectual revestido de coerção, representando a dominação de uma classe ou fração de classe através da primazia cultural e político-ideológica sobre outras classes ou grupo de classes.

Ao combinar coerção e consenso a partir da "*supremacia exercida através do consentimento e da força, da imposição e da concessão, de e entre classes e bloco de classes e frações de classe*" (ALMEIDA, 2011, p.121), o processo de desenvolvimento da Hegemonia sempre será um instrumento de protagonismo político-social de uma classe ou fração de classe . Portanto, ao falar sobre hegemonia, Gramsci destaca

O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: que a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa 'liquidar' ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também 'dirigente' (GRAMSCI, 2002, vol 5, p. 62).

A hegemonia se constrói no âmbito da Sociedade Civil, mediante a ação de suas instituições privadas, consolidando-se dentro do Estado. No entanto, o processo de construção de uma hegemonia pode-se dar de maneira passiva, representado pelo apoio disperso ao grupo dirigente e dominante, e ativa, através de adesão coletiva. Ações concatenadas e interpretações convincentes de quadros sociais são de extrema necessidade para que exista a afirmação classista dentro da sociedade.

Então de quais formas essas frações dirigente-dominantes estabelecem hegemonia? De duas formas: a primeira delas mediante concessões econômicas secundárias às classes

subalternas; e a segunda a partir da busca pelo consenso ideológico e político. Convencimento estabelecido no campo da Sociedade Civil através do que Gramsci classificou de "Aparelhos Privados de Hegemonia"

Os planos superestruturais, constituídos pela Sociedade Civil e pela Sociedade Política, e seus respectivos aparelhos, comportam disputas políticas, econômicas e ético-culturais que desencadeiam no processo de estabelecimento de uma hegemonia momentânea. Aquela classe, grupo de classes ou frações de classes que conseguem se instaurar enquanto hegemônicas, acabam por legitimar e universalizar seus modelos de autoridade, práticas, saberes e modos de representação.

Sendo assim, torna-se claro o quanto oneroso é exercer a hegemonia dentro da política, pois este exercício requer a modificação de valores e pontos de vista a partir da formulação de novas premissas éticas que promovam o consenso e facilitem o direcionamento político e ético de classe ou bloco de classes. Portanto, agregar apoios e consensos exige mecanismos e estratégias de convencimento e persuasão.

No entanto, mesmo quando consolidada, a hegemonia estará sempre suscetível a contestação, em maiores ou menores graus. E assim surgem os movimentos contra-hegemônicos. O desejo de reversão da ordem vigente que motiva as ações de contestação, de quebra do consenso, de crise no interior do Estado restrito.

A contra-hegemonia para Gramsci nada mais é que a existência do contraditório, da tensão naquilo que parecia estável, são "*instrumentos para criar uma nova forma ético-política*" (Gramsci, 1999, p. 314-315). O objetivo principal, segundo Dênis de Moraes, é alterar a condição de exclusão e marginalidade dos segmentos sociais mais explorados dentro do sistema capitalista, como pode ser visto:

Um dos desafios centrais para o pensamento contra-hegemônico consiste em alargar a visibilidade pública de enfoques ideológicos que contribuam para a reorganização de repertórios, princípios, e variáveis de identificação e coesão, com vistas à alteração gradual e permanente das relações sociais e de poder. (MORAES, 2010, p. 73)

Ao percebermos o que caracteriza um movimento hegemônico e contra-hegemônico, retornamos a importância da socialização da participação política advinda da sociedade burguesa contemporânea. O surgimento cada vez mais acelerado, ao longo do século XX, de organismos e instituições autônomas como partidos políticos, grandes sindicatos, associações civis, agências de todas as esferas transformaram a relação indivíduo-Estado.

O poder, que antes se encontrava restrito ao campo da Sociedade Política, o Estado-coerção" gramsciano, agora irradiava para outros estratos, alterando os modelos de representação. As agremiações de interesses se espalhavam também para a Sociedade Civil através das variadas formas de manifestações organizadas, pois nesta estaria o espaço de luta de classes e busca por hegemonia.

Levando em consideração o sentido dos termos adotados por Gramsci como Sociedade Civil, Sociedade Política e Hegemonia, percebemos uma ligação entre os três. Dentro do campo da Sociedade Civil que se desenvolve e promove a Hegemonia, a partir da direção e do consenso. Enquanto isso, no âmbito da Sociedade Política, em seu Estado Restrito, é exercida uma dominação mediante exercício da coerção sobre os estratos sociais subalternos.

A diferença entre essas duas esferas se refere à materialidade social destas. A medida que na Sociedade Civil existe a proposta de universalização de um projeto de classe ou de um bloco de classes, a partir de seus "Aparelhos Privados de Hegemonia", (Igreja, sindicatos, partidos políticos, sistema educacional, meios de comunicação, empresas, organismos civis e científicos) na Sociedade Política a atividade de coerção está estritamente ligada aos portadores materiais dos "Aparelhos Coercitivos" (burocracia, exército, polícia e sistema jurídico).

Para entendermos melhor esse processo de ampliação do Estado através da Sociedade Civil, precisamos recorrer à contribuição de Carlos Nelson Coutinho aos estudos sobre o tema. Para o filósofo político brasileiro, o processo de laicização do Estado no século XIX teve grande importância no desenvolvimento da chamada "privatização" dos instrumentos ideológicos de legitimação.

As revoluções democrático-burguesas, junto à construção dos primeiros regimes liberais na Europa, influenciam de forma direta na possibilidade de que a "*ideologia das classes subalternas obtenha a hegemonia no interior de um ou de vários aparelhos hegemônicos e privados* (COUTINHO, 1980, p. 76)." Para o ensaísta e ex-professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Os instrumentos ideológicos de legitimação, a começar pelas Igrejas, passam a ser algo "privado" em relação ao "público"; o Estado já não impõe coercitivamente uma religião; e até mesmo o sistema escolar, controlado agora em grande parte pelo Estado, passa a admitir cada vez mais uma disputa ideológica em seu próprio interior. As ideologias, ainda que naturalmente não sejam indiferentes ao Estado, tornam-se algo "privado" em relação a ele: a adesão às ideologias em disputa torna-se um ato voluntário (ou relativamente voluntário), e não mais algo imposto coercitivamente. (COUTINHO, 1989, p.80)

Ao compreendermos as formulações teóricas de Antonio Gramsci em torno do conceito de Hegemonia, destacando os "Aparelhos Privados de Hegemonia" e os "aparelhos coercitivos do Estado", notamos que a sociedade civil constitui-se enquanto espaço de hegemonia das classes dirigentes e dominantes. Ao mesmo tempo, e em movimento contrário, existem estratos sociais que buscam estabelecer seus projetos contra-hegemônicos, rompendo com o domínio cultural, ideológico, político e econômico.

Portanto, para o militante político italiano o exercício normal da Hegemonia:

Caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria.(GRAMSCI, 2007, p.95.)

Contribuindo com as elaborações teóricas em torno do exercício da hegemonia e do Estado ampliado, Gramsci estabelece uma ligação com os meios de comunicação, em especial a imprensa escrita. Para o filósofo sardo, os jornais são verdadeiros partidos políticos, na medida que interferem, com ênfases específicas, nos modos de verificação dos acontecimentos. Para ele, a função dos jornais transcende a esfera ideológica e embute as determinações econômico-financeiras das empresas jornalísticas.

Logo, os editores responsáveis pela redação dos editoriais, que representam a opinião do jornal, o posicionamento institucional da empresa de comunicação, em aliança com as colunas e matérias assinadas por seus jornalistas, atua como intelectuais orgânicos, ou seja, ajudam a elaborar e nacionalizar um projeto de classe ou de frações de classes. Existe, portanto, uma busca pela hegemonia política e social através formação de necessidades de uma classe dentro da sociedade civil visando o estabelecimento destas enquanto nacionais e de todos os outros grupos sociais.

As elaborações de Gramsci em torno do conceito de Hegemonia têm por objetivo compreender os fundamentos e as estratégias que a classe dominante se utiliza para obter o consentimento ativo das massas através de sua "auto-organização" na Sociedade Civil. A conquista do poder político e o monopólio legítimo do aparato repressor do Estado são preceitos básicos para uma classe se tornar força dominante. Assim sendo, o exercício da Hegemonia é condição basilar para a conquista e manutenção desse poder de classe dentro da esfera estatal e também na Sociedade Civil.

Conclui-se que o exercício da Hegemonia se constitui enquanto exitosas tentativas de uma classe, frações de classe ou grupo de classes de estabelecerem uma orientação política, cultural, ideológica e moral. Em consequência desse direcionamento existe, por parte do projeto de classe hegemônico, a imposição de uma visão de mundo classista como universal, guiando os interesses e as necessidades dos grupos subordinados. Consequentemente, em determinado momento ou situação de

hegemonia conquistada, o poder dos setores dominantes aparece em forma de representação, legitimação e autogoverno.

Dessa forma, faz-se necessário apontar a importância da investigação dos jornais maranhenses e identificar o posicionamento institucional da grande mídia impressa local da época em relação ao governo do presidente João Goulart, assim como sobre o Golpe de Estado em 1964 e a ditadura subsequente. Destacar as especificidades históricas do estado do Maranhão, rompendo com a visão hegemônica do eixo sul-sudeste, sem sombra de dúvidas é uma grande contribuição para a historiográfica brasileira.

2. O GOVERNO JOÃO GOULART E O GOLPE DE 1964: um debate historiográfico.

O regime autoritário instaurado em 31 de março de 1964 marcou para sempre os rumos da política, cultura e sociedade brasileira. Pensar e analisar os fatos históricos ocorridos naqueles 21 anos⁵ ainda é o principal caminho para entendermos melhor a nossa história, buscando refletir sobre questões do passado, como também problematizar rupturas e continuidades no presente.

Os primeiros estudos históricos relativos ao Golpe de 1964 tardariam, tendo em vista as dificuldades inerentes a chamada "História do Tempo Presente", além é claro da carência de fontes documentais. Isto pode ser explicado pelo cuidado que importantes atores políticos tiveram de manter sigilo sobre seus atos durante a conspiração golpista e à ditadura. Portanto, as pesquisas sobre ditadura, dentro do campo da história contemporânea nacional tomaram mais corpo a partir da redemocratização.

O rompimento com a hegemonia dos estudos históricos sobre a colônia e império se deu a partir das décadas de 1960 e 1970. Dois grandes motivos podem explicar a difusão de estudos republicanos na academia. O primeiro é a grande profissionalização das pesquisas históricas a partir da reforma universitária na década de 1960, enquanto que o segundo foi a inserção em grande escala de pesquisas que tomavam como eixo teórico o marxismo e os estudos da *Escola dos Annales*.

Sendo assim, identificar e refletir sobre as principais perspectivas de entendimento do Golpe de 1964 é de suma importância para qualquer estudo relativo a esse período da história contemporânea brasileira. Discutir as mais diversas concepções sobre esse momento histórico, seja no campo da história, ciência política e/ou jornalismo, constitui-se parte importante deste trabalho.

Os primeiros estudos sobre as razões do Golpe Empresarial-Militar de 1964 se deram no campo da Ciência Política, área bastante influenciada pelos cientistas políticos norte-

⁵ Existe uma profunda discussão na historiografia brasileira especializada na história do Brasil contemporâneo em torno da duração do ditadura empresarial-militar. A grande maioria dos estudos e que o período autoritário durou de 1964, dia do golpe, até 1985, fim do último governo militar. No entanto, surgiu recentemente na academia um movimento revisionista que procura "encurtar" essa cronologia, afirmando que os anos de autoritarismo se restringiam de 1968, ano de instauração do Ato, Institucional nº (AI-5), até 1978, ano de retorno das eleições legislativas no Brasil. Para maiores detalhes de tal interpretação, ver Daniel Arão (2014) e Marco Antônio Villa (2014).

americanos. A ênfase nos aspectos políticos-institucionais e suas variáveis foi a grande marca registrada destas pesquisas⁶.

Na posição de deslocamento do foco de análise do Golpe para os atores políticos, temos Wanderley Guilherme dos Santos e sua tese “*O cálculo do conflito: estabilidade e crise política brasileira em 1979*”. Nessa pesquisa, o Golpe de 1964 emana menos das reações às políticas reformistas de João Goulart e mais da incapacidade de ação do então presidente. A “paralisia decisória”⁷ do governo Jango seria o ponto crucial da crise, ou seja, grande importância é dada ao fato de que os atores radicalizados não estariam dispostos a abrir mão de suas convicções ideológicas e que Goulart ficou inerte em meio ao radicalismo de ambos os espectros políticos.

“*Democracia ou reformas*”, de Argelina Figueiredo⁸, enfatiza o papel ativo de atores políticos até então pouco explorados, como o caso do Poder Legislativo e a Presidência da República, no fomento da crise que desencadearia no Golpe de Estado em 1964. Sua pesquisa recusa algumas teses como o modelo sociológico que ela acreditava ser determinista e economicista, além da tese de “paralisia decisória” de Wanderley Guilherme dos Santos.

Durante os anos de 1990, surgiu como grande novidade, a partir da obra “*A memória militar sobre*”..., organizada por Maria Celina D'Araújo e Gláucio Dillon Soares, dividida em três volumes (O golpe, A repressão, A abertura), a figura da “utopia autoritária”. Esta pesquisa se destacava pelo fato de dar voz aos atores golpistas, até então secundarizados pela memória histórica hegemônica de resistência à Ditadura.

A ideia construída era a de que o Golpe e a Ditadura teriam sido reativos ao sistema política anterior, levando em consideração o papel das Forças Armadas de reserva moral do país, tendo como missão histórica dar fim ao ambiente conflituoso nascido da corrupção e da venalidade dos civis, sem é claro deixar de combater o comunismo.

A conclusão que podemos tirar desta análise é o fato dela endossar o discurso daqueles que procuram relacionar o regime autoritário ao “radicalismo” da resistência e à ação da “linha dura”, que transformou a particularidade do Golpe, perpetrado em nome da “democracia” e da “constituição”.

⁶ Parte dessa divisão historiográfica tem inspiração no trabalho desenvolvido pelo historiador Carlos Fico. O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em primoroso trabalho historiográfico presente em sua obra *Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre o Golpe e a Ditadura Militar*, traz um importante debate sobre as principais visões de pesquisadores sobre o golpe de 31 de março de 1964.

⁷⁷ Conceito utilizado por Wanderley Guilherme dos Santos em *O cálculo do conflito: estabilidade e crise política brasileira em 1979*.

⁸ A obra *Democracia ou Reformas* de Argelina Figueiredo será melhor destacada em tópico desta capítulo intitulado “A Literatura Revisionista”.

Com objetivo de problematizar as relações entre Estado e oposição, levando em consideração os complexos mecanismos de dominação política e social a partir do golpe de 1964, Maria Helena Moreira Alves faz uma análise do período presidencial de João Goulart. A cientista política afirma que o governo de Jango foi o período mais fecundo para a organização proletária no país, pois o então presidente buscava o apoio dos trabalhadores. Naquele momento o clima político fomentava o desenvolvimento de formas de organizações mais profundas e efetivas. No entanto, parte da sociedade brasileira não via aquela politização das massas com bons olhos, como vemos:

A rápida organização da classe trabalhadora e do campesinato assustou as classes mais altas, que nunca antes haviam sido forçadas a mínimas concessões em questões como salários, condições de trabalho ou mesmo organização sindical. (MOREIRA ALVES, 1985, p.22)

A influência da Revolução Cubana de 1959, o clima de crise interno oriundo da contradição entre as aspirações populares e às concessões das classes dominantes no espectro político nacional, serviram de justificativa para que as classes clientelistas do Brasil protagonizassem a elaboração e desenvolvimento de uma forma autoritária de capitalismo de Estado.

Nesta visão, o golpe de Estado, orquestrado pelos setores dominantes da sociedade brasileira, em aliança com o capital internacional, teve como premissa ideológica a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento:

Um dos meus principais objetivos é examinar como a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento tem sido utilizada para moldar as estruturas de Estado, impor formas específicas de controle da sociedade civil e delinear um projeto de governo do Brasil. (MOREIRA ALVES, 1985, p.27)

Moreira Alves, portanto, faz uso do conceito de dialética para "designar este conflito dinâmico pelo qual cada parte da totalidade vê-se transformada e reconstituída pela outra." Sendo assim, seu objetivo é esclarecer que o Estado e suas estruturas foram instituídas e desenvolvidas em consonância com ações de oposição organizada no Brasil.

Outra vertente da Ciência Política que confere menos atenção ao Golpe como resultado de uma ação projetada de uma coalizão de classes e foca a análise no regime em seus anos subsequentes, tem como precursor Alfred Stepan e sua obra "*Os militares na política: mudanças de padrões na vida brasileira*", tese de doutorado defendida ainda em 1969.

Algumas hipóteses são lançadas nessa pesquisa como explicações para os fatores políticos que culminaram na ação golpista de 1964.

A principal delas é o pensamento de que as Forças Armadas é um subsistema que está inserido em um sistema político de maior amplitude, calcando suas ações a partir da busca de unidade interna e de uma ação regente, ou melhor, "moderadora". Sendo assim, a instituição reequilibra, de maneira autoritária, o sistema político em crise, atribulado por desavenças e pressões ideológicas diversas. Para o autor, o Golpe rompe com modelo de intervenção militar na política nacional, levando o exército a permanecer no poder por muito mais tempo.

Além dessas explicações, temos também interpretações voltadas para as grandes estruturas que compreendem o Golpe enquanto consequência do colapso do regime tradicionalmente conhecido com Populismo. Seus principais representantes são Octávio Ianni, Guilherme O'Donnell e Fernando Henrique Cardoso. Eles defendiam, respectivamente, que o Golpe resultou da crise do modelo agroexportador e os modelos de desenvolvimento nacionalista em aliança com as empresas estrangeiras; a aproximação entre industrialização e autoritarismo; e a necessidade de regimes autoritários para gerir esse processo de acumulação de capital.

Para o historiador Marcos Napolitano, o Golpe de 1964 se traduziu muito mais do que uma mera rebelião militar. Uma complexa trama política, envolvendo velhos e novos conspiradores, inimigos declarados do trabalhismo janguista, vociferavam contra o suposto fantasma comunista que as reformas representavam. Segundo o pesquisador, este grupo

Envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia. Todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores. (NAPOLITANO, 2014, p.43)

O Golpe, logo, representou uma ação contra um governo eleito democraticamente (João Goulart), um regime político (Democracia), uma elite em formação, intelectualizada e alinhada com a proposta de reformista, ou seja, a um novo projeto de sociedade que estava sendo germinado, mesmo que ainda politicamente vago.

O autor de *Cultura Brasileira* credita ao golpismo da direita, seja ela liberal ou autoritária, um inconformismo com a introdução das camadas populares no processo político brasileiro, tampouco ao nacionalismo econômico e à agenda distributivista. A tudo isso costumavam adotar as alcunhas de populismo e subversão.

As consequências desse pensamento conservador são perceptíveis logo após a destituição de João Goulart da presidência da república, como salienta o pesquisador neste trecho:

As primeiras cassações indicavam o foco a ser "saneado" - as lideranças civis e militares alinhadas com as reformas e com o governo deposto - e apontaram um significado claro do golpismo de 1964. Destruir uma parcela da elite que aderiu ao reformismo, desarticular as forças de esquerda e reprimir os movimentos sociais. (NAPOLITANO, 2014, p.65)

A utilização do marxismo como recurso teórico de pesquisas ganhou muita força durante as décadas de 1960 e 1970 nas universidades brasileiras. Um dos principais motivos, claro, era a opção por uma teoria que priorizasse a luta de classes, uma postura bastante partidária dentro do contexto da ditadura. Para muitos era uma forma de marca posição e se apresentar enquanto resistência ao regime. Logo, analisar as principais interpretações marxistas para o golpe de 1964 tem suma importância para a revisão historiográfica em questão.

Três obras muito influentes nesta área foram *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, do cientista política uruguaio René Armand Dreifuss; e *O Combate nas Trevas. A Esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, de Jacob Gorender, historiador e membro do Partido Comunista Brasileiro na época da ditadura; e *História Militar do Brasil*, do historiador e militar Nelson Werneck Sodré.

Seguindo uma tendência de força dentro da ciência política na década de 1980 que recolocou a ação política no eixo de análise, Dreifuss, sustentado por uma vasta documentação, analisa a luta por hegemonia desencadeada pela grande burguesia em associação com o capital multinacional. A partir disso, fica comprovada a atuação de membros desses segmentos civis na composição de postos administrativos dos governos ditatoriais a partir de 1964.

O estudo, ao colocar luz sobre duas importantes organizações empresariais existentes na década de 1960 no Brasil, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), destaca o caráter classista do movimento político autoritário de 31 de março. Ao classificar essa agência, na visão gramsciana, como Aparelhos Privados de Hegemonia, o cientista político prova, baseado em vasta fonte de pesquisa, que os empresários elaboraram um projeto de tomada e remodelamento do Estado. Existe claro propósito de mostrar que o capital multinacional e associado não encontrava correspondente liderança política na figura de João Goulart. Sendo assim, essa nova classe empresarial formulará mecanismos de busca de hegemonia, neste momento ser classe dominante não era suficiente, se tornar classe dirigente era o objetivo.

Logo, com intuito de contrapor-se ao "populismo" político e com ele à burguesia tradicional e às oligarquias, este bloco de classes passa a formar grupos de pressão baseados em federações de classe, escritórios técnicos em prol de satisfazer seus interesses em expansão. Neste momento, na ótica de Gramsci, acontece a nacionalização de um projeto de classe, ou melhor dizendo, de fração de classe, falando especificamente do capital multinacional e associado.

Sendo assim, o complexo IPES/IBAD, para Dreifuss, se constitui enquanto Estado-Maior da burguesia multinacional, pois esta passa a planejar e desenvolver um projeto de condução ao poder, ou seja, de tomada do Estado. Para isso, amplas campanhas de desestabilização do presidente João Goulart foram realizadas, envolvendo atividades de instrução anticomunista e também de profunda crítica ao "atraso" das oligarquias rurais, do intervencionismo estatal e da corrupção desenfreada incrustada, segundo eles, na essência política "populista".

No entanto essa doutrinação ideológica não era suficiente para que o capital multinacional e associado chegasse ao controle do Estado por vias democráticas e eleitorais, seria preciso buscar uma aliança com os setores militares. Desse modo, o que seu viu, segundo Dreifuss, foi um golpe civil-militar, melhor dizendo, empresarial militar, pois o recorte de classe se faz necessário. Classificar os segmentos civis que conspiraram, elaboraram um projeto de chegada ao Estado é necessário, visto que o termo "civil-militar" pode suscitar interpretações confusas.

O segundo grande trabalho no campo do marxismo, relacionado aos estudos sobre o golpe de 1964 e a ditadura empresarial militar de 1964 foi o livro "*O Combate nas Trevas. A Esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*", de Jacob Gorender, historiador marxista e membro do Partido Comunista Brasileiro. Em sua famosa obra, Gorender traz uma excelente análise daqueles momentos efervescentes vividos pelo Brasil na década de 1960.

Enfocando o espectro da atuação das esquerdas, Gorender tem postura crítica em relação ao presidente João Goulart que, acima de sua condição política pessoal, preferiu manter a ordem burguesa com tal, sem responder ao golpe. Para ele, Jango evitou um confronto por medo de perder o controle político. O historiador vai mais além ao falar de uma literatura corrente sobre esse momento da história recente do Brasil

Tornou-se corrente na literatura acadêmica a assertiva de que, no pré 64, inexistiu verdadeira ameaça à classe dominante brasileira e ao imperialismo. Os golpistas teriam usado a ameaça apenas aparente como pretexto a fim de implantar um governo forte e modernizador. (GORENDER, 1987, p.66).

Em contraposição a essa tendência, Gorender afirma que essa conclusão se trata de mero positivismo superficial. Contrário à interpretação baseada condição estática das coisas, o autor de "*A Burguesia Brasileira*" classifica o período entre 1960 e 1964 como o momento auge da luta de classes no Brasil durante o século XX, que a politização dos trabalhadores se transformou em consistente ameaça à estabilidade institucional da ordem burguesa no país.

Pautados no interesse de manutenção da propriedade privada e da força coercitiva do Estado, o golpismo direitista, pressentindo a situação revolucionária dos primeiros meses de 1964, agiu em prol das classes dominantes e do imperialismo, realizando uma ação contrarrevolucionária preventiva.

Portanto, Jacob Gorender acaba consolidando duas grandes linhas de entendimento do que foram as razões da destituição de João Goulart e a instauração de uma ditadura no Brasil: o papel determinante do momento, ou melhor dizendo, do estágio em que se encontrava o capitalismo brasileiro, assim como o caráter preventivo e contrarrevolucionário da ação, levando em consideração as ameaças reais de revolução por parte da esquerda.

Nelson Werneck Sodré, historiador e militar brasileiro, também trouxe importantes contribuições dentro do campo marxista, mas também trazendo a percepção de um militar de formação. Para o autor, a medida que João Goulart acenava para o alargamento da democracia no Brasil, a partir das reformas de base, o grupo de conspiradores passou a ganhar numerosos adeptos de todas as classes.

O fantasma do comunismo, as acusações de corrupção e inabilidade administrativa de João Goulart, a radicalização dos trabalhadores, segundo o pesquisador, foram argumentos utilizados para justificar a tomada do estado pelas classes dominantes. Prova disso é a análise feita sobre o pós 31 de março de 1964

O radicalismo pós golpe de 1964 foi bem maior do que o radicalismo do processo político brasileiro anterior ao 31 de março. Os expurgos, prisões e torturas foram mais agressivos que os discursos, agitações, comícios e outras demonstrações anteriores ao golpe vitorioso. (WERNECK SODRÉ, 2010, p.467)

Chamando esses segmentos conservadores brasileiros de "componentes do atraso", Werneck Sodré afirma que as reformas trariam mudanças significativas a estrutura brasileira, e que esses baluartes do atraso procuraram de todas as formas evitar o avanço da consciência nacional a respeito das reformar.

Para melhor compreensão do campo historiográfico revisionista sobre o governo João Goulart, o Golpe de 1964 e a Ditadura Empresarial-Militar faz-se necessário recorrermos às origens o termo *revisionismo*. Inicialmente o conceito surge no âmbito do movimento socialista pós II Guerra Mundial no vocabulário dos historiadores. No entanto, é originalmente apresentado nas formulações teóricas de Eduard Bernstein (1850-1932) em fins do XIX e início do XX.

Na socialdemocracia alemã e na Internacional Socialista dessa época já havia um forte debate em torno do termo *revisionismo*, tornando-se quase que por inteiro um sinônimo de deslealdade, traição. Portanto, ao ser utilizado pelos os historiadores da época, o vocábulo passava a ser entendido como uma operação de releitura, revisão, reinterpretação de processos históricos cujas explicações ou considerações eram hegemônicas e/ou consensuais.

Pensando o "Fazer História" do Brasil atualmente, vale destacar a ascensão de um grupo de pesquisadores revisionistas que se destaca por ampla aceitação de suas pesquisas e/ou opiniões na mídia e fora da academia de modo geral. Novas interpretações sobre o governo João Goulart, sua destituição (Golpe de Estado em 1964) e o regime seguinte (Ditadura) ganharam força nos últimos anos.

Na visão destes, no contexto político da primeira metade da década de 1960, todos os sujeitos históricos de relevância para o cenário nacional, seja à direita (militares "duros", liberais, conservadores, direita civil, empresários), ou à esquerda (PCB, Brizola, as Ligas Camponesas, CGT, UNE, sindicalistas, progressistas, nacionalistas, militares subalternos), tinham pretensões conspiracionistas, sendo o Golpe iminente.

As primeiras operações revisionistas se dão em crítica a obra de do historiador uruguaio René Armand Dreifuss "*1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*" já referida anteriormente. "*Democracias ou Reformas?*" de Argelina Figueiredo vem trazer uma leitura que afirma que tanto as esquerdas quanto a direita tinham pretensões golpistas, ou seja, nos dois espectros políticos não havia apego ao regime democrático.

Percebe-se, assim, que Figueiredo desloca o foco de análise dos setores conservadores, como a direita civil e militar, do complexo IPES/IBAD e da interferência norte-americana na questão, responsabilizando aqueles que foram usurpados do poder. Paralelamente, a pesquisadora credita a Dreifuss um caráter de inevitabilidade do golpe, tecendo profunda crítica ao que ela chama de economicismo.

O historiador Demian Bezerra de Melo em seu artigo "*O golpe de 1964 e meio século de controvérsias e o estado atual da questão*", publicado em 2013, na edição 16 da revista

História e Luta de Classes, pontua que perpassa na obra de Figueiredo o clima ideológico de hegemonia do neoliberalismo e da crise das esquerdas pelo mundo a partir de 1990.

No âmbito dos historiadores, as concepções de Argelina Figueiredo encontram respaldo nas elaborações de Daniel Aarão Reis Filho, e mais uma vez a pesquisa do cientista político a tese de Dreifuss é alvo de críticas. Para Reis Filho, existe uma superestimação da atuação do IPES. Isto posto, fica mais que compreensível que na concepção do autor de "*O colapso do populismo*", a direita se apresenta como uma mera força de reação perante o radicalismo das esquerdas, acusado-as estas de terem uma leitura apenas instrumental do regime democrático.

Nos estudos de Reis Filho sobra até para o moderado Partido Comunista Brasileiro (PCB), como é sabido pela historiografia, adotou uma postura bastante branda durante o golpe. Para ele, o maior partido de esquerda do país até então em nenhum momento abriu mão de seu programa de embate "agressivo e de revolução".

Um dos maiores expoentes dessa operação revisionista, Marco Antonio Villa afirma em suas pesquisas que direita e esquerda se equivaliam em termos antidemocráticos. Segundo o pesquisador, inexistia uma cultura política democrática na sociedade brasileira e que, nessa perspectiva, determinados sujeitos políticos elaboraram um complexo projeto de destituição do presidente Goulart e de tomada de estado.

Em *Jango, um perfil*, lançado em 2004, Villa reforça alguns estereótipos que a direita sempre usou em relação a figura do então presidente gaúcho. Para ele, os próprios conservadores, a censura e a repressão política acabaram por intensificar a imagem "heroica" do ex-presidente.

Outro ícone do revisionismo historiográfico brasileiro é Jorge Ferreira. Acolhendo muito do pensamento de Argelina Figueiredo, o autor de "*João Goulart: uma biografia*", e pesquisador de temas como o Trabalhismo e Populismo, afirma que grande parte da população brasileira acompanhava estática ao recrudescimento do radicalismo entre a direita e a esquerda.

Tomando como eixo de análise o comportamento das esquerdas, o historiador Jorge Ferreira retrata que estas sempre foram radicais, sectárias, intolerantes e que faziam ponderações revolucionárias e de rompimento institucional. Sendo assim, para o autor de *O governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964*, a direita está quase sempre em comportamento de resposta ao radicalismo das esquerdas, estando aquela "assustada" com as ações de Brizola, CGT, Ligas Camponesas, subalternos militares, sindicatos, UNE, dentre outros.

É sabido que a adoção do termo "civil-militar" foi um avanço no que tange às denominações "ditadura militar" e "regime autoritário". Porém, essa classificação, no que se refere ao campo historiográfico, mostra-se com relativa insuficiência teórica, segundo parcela significativa de historiadores. Atribuir a participação de militares e não militares em uma ação de combate ao comunismo ainda se apresenta de forma bastante mítica e favorável ao discurso dos próprios golpistas e do campo do revisionismo historiográfico.

Essa noção, segundo Demian Bezerra de Melo em artigo intitulado "*Ditadura civil-militar? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do Tempo Presente*" naturaliza uma visão corporativista dos militares sobre a sociedade, percepção esta que consolida a extrema separação entre civis e militares.

A necessidade de uso da denominação "Empresarial-Militar", segundo estes pesquisadores, se dá pelo profundo teor classista existente no Golpe de 1964, e do regime que entrava em vigência a partir dali. Perceber como importantes associações civis como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), em aliança com Escola Superior de Guerra (ESG) trabalharam incessantemente em campanhas conspiracionistas e golpistas que descaracterizavam o regime democrático denotam a necessidade de identificar quais segmentos civis elaboram um projeto de tomada e remodelagem de estado.

Identificar como grandes grupos econômicos, sejam na construção civil (Odebrecht, Camargo G, Andrade Gutierrez), indústria pesada (Gerdau e Votorantin), setor financeiro (Itaú e Bradesco) e das comunicações (Globo, Grupo Folha, Veja) enriqueceram como nunca no período do "milagre econômico" (coincidentemente o auge da repressão ditatorial) é muito importante para compreendermos as razões Golpe e de instauração da Ditadura.

O processo de privatização, iniciado ainda no governo do ditador João Batista Figueiredo⁹, a presença de membros da Escola Superior de Guerra no processo de condução política para a democracia são mais do que provas de existe importância em qualificar os quem são estes "civis" gestores do rompimento do sistema democrático e gestores de uma redemocratização tutelada. Banqueiros, ruralistas, industriais, grandes conglomerados das comunicações que participaram da elaboração de um projeto político-ideológico conduziram o país, dentro do que se chama de insurreição contrarrevolucionária dos setores dominantes da sociedade brasileira.

⁹ Para maiores informações sobre o processo de privatização no Brasil durante a Ditadura Empresarial-Militar, ver PICCOLO. Monica, 2010, cap. 2.

No bojo desta análise temos a expansão do capital-imperialismo¹⁰ no Brasil a partir da primeira metade do século XX. Naquele momento presenciava-se a mudança da fração de classe dirigente dentro das classes dominantes brasileiras. As grandes oligarquias do nordeste estavam perdendo espaço para os industriais do centro-sul, em especial do estado de São Paulo.

Em virtude da intensa politização dos setores subalternos da sociedade brasileira já nas décadas de 1950 e 1960 a intensificação de expropriações primárias e secundárias, e a enorme concentração de capitais eram elementos necessários para o sucesso do capital-imperialismo no Brasil. Portanto, para Virginia Fontes, as tensões entre as classes dominantes fomentaram mecanismos de impulsão da exploração capitalista.

Sendo assim a opção pela truculência é vista neste sentido como um estado autoritário, um regime que admitia "apenas escassos elementos de incorporação subalterna das grandes massas de população"¹¹. Logo, para a grande burguesia nacional, em associação ao capital externo, precisava barrar essa forte inserção política dos segmentos populares no país.

A historiadora Martina Spohr, pesquisadora e analista de documentação e informação do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), desenvolve importante trabalho referente ao papel do empresariado brasileiro no golpe de 1964. Tendo como eixo de análise a rede de ligações estabelecidas entre militares e empresários brasileiros e norte-americanos, Spohr destaca a conexão estadunidense, a partir da Aliança para o Progresso, com importantes empresários do Brasil.

Retomando pontuais reflexões de René Dreifuss, a pesquisadora destaca que o complexo IPES/IBAD agia dentro das Forças Armadas com intuito de anular os dispositivos militares do presidente Goulart. Utilizando-se de correspondências pessoais do então adido militar norte-americano no Brasil de 1962 a 1967, Verno Walters, com membros do alto escalão do governo dos Estados Unidos, como o embaixador Lincoln Gordon, e por vezes até com o presidente Kennedy, a autora traz luz da intensa conspiração feita entre o empresariado brasileiro e governo norte-americano.

¹⁰ A noção de *capital-imperialismo* adotada pela historiadora brasileira Virgínia Fontes busca evidenciar um salto de qualidade do imperialismo. Ao dialogar com o conceito de *imperialismo* formulado por Lênin, em sua obra *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*, Virgínia Fontes destaca que a partir dos anos 1990 passou a existir uma remodelagem do sistema capitalista, levando em consideração o seu caráter financeiro. A ideia de capital-imperialismo procura recuperar os conceitos clássicos para explorar um presente forçosamente diverso do período no qual nasceram, mas que representa a continuidade e o aprofundamento da mesma dinâmica do capital.

Em sua pesquisa é destacada a importante atuação do empresário brasileiro Paulo Ayres Filho, um dos fundadores do IPES, amigo muito próximo de alguns militares como Golbery de Couto e Silva. Ayres Filho foi um empresário do ramo farmacêutico de sucesso internacional e sua estreita ligação com "intelectuais orgânicos norte americanos - desde empresários até membros do alto escalão dos governos Jonh F. Kennedy (1961-1963) e Lyndon B. Jonhson (1963-1969) são evidências da entrada internacional que ele tinha (SPOHR, 2011, p.60)

Em suas correspondências Paulo Ayres Filho deixava exposto de forma objetiva o seu posicionamento bastante liberal em relação aos rumos da política internacional brasileira. Portanto, fica mais do que claro que muitos empresários tinham fortes relações não só com o capital internacional, mas também com membros do governo americano, deixando mais que evidente a relevância de se caracterizar a conspiração, o golpe e a ditadura como empresarial-militar.

O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Renato Luís do Couto e Lemos, em artigo intitulado "*Contrarrevolução e Ditadura: ensaio sobre o processo político pós-1964*", versa sobre o processo político brasileiro de 1964. Sua pesquisa corrobora com a leitura de Golpe e Ditadura Empresarial-Militar que surgiu recentemente em contraposição ao revisionismo historiográfico sobre a temática aqui no Brasil.

Abordando as temporalidades de Fernand Braudel e a noção de contrarrevolução, Renato Lemos traça um importante olhar as condições que fomentaram o Golpe de Estado em 1964 e sobre a ditadura subsequente. Na sua visão, explicar as razões do Golpe e da Ditadura que ele denomina como burguês-militar é retomar cruzamentos históricos de longa, média e curta duração do período de 1914 a 1989.

A abordagem braudeliiana dos "três tempos" (longo: estruturas; médio: conjunturas; curto: acontecimentos) para Renato Lemos é recurso pontual para o entendimento das diferentes dinâmicas do processo histórico. Neste sentido, o Golpe de 1964 e o regime que lhe seguiu são lidos como a "atualidade" tomada como objeto do longo século XX. Enquadrado na "longa duração", tendo a Primeira Guerra Mundial como marco inicial, o golpe e a ditadura são reflexos do processo de acumulação capitalista em escala mundial e da internacionalização das lutas de classes.

Para o historiador, a contrarrevolução é o elemento que conecta os tempos, ou seja, percebendo a história política brasileira (história da luta de classes) na "longa duração", a crise da democracia no país, o golpe de estado e o regime autoritário seguinte estão articulados às

lutas de classes no âmbito do sistema capitalista mundial. Assim, a partir da revolução russa de 1917, passou a existir uma forte tendência à preservação dos privilégios do capital.

Importante verificar que o avanço do capital-imperialismo¹² no Brasil e o surgimento da nossa sociedade burguesa se deu "em grande parte sob o signo da ascensão do socialismo como alternativa real ao capitalismo. Em consequência, a tarefa de construir as estruturas capitalistas se combinou com a de prevenir a revolução socialista (Fernandes, 1976, pp. 294-295 e 297).

Isto posto, para Renato Lemos, o golpe de 1964 foi contrarrevolucionário-preventivo, na visão dos mais moderados, e reativo, no olhar daqueles que suspeitavam e acreditavam em golpe esquerdista. Sendo assim, a fração dominante da classe dominante, falando aqui dos empresários e industriais urbanos, deu um golpe de Estado em parceria com o capital estrangeiro.

Para Fábio Konder Comparato, em artigo "*Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro*", afirma que as origens do Golpe de 1964 estão na profunda cisão dos dois grandes grupos oligárquicos brasileiros: os agentes políticos e a classe dos grandes empresários e os proprietários de terras. Os arranjos conciliatórios, marca registrada da tradição política brasileira desde os tempos de colônia, não foram suficientes devido ao agravamento das disputas políticas entre direita e esquerda no contexto da Guerra Fria.

Segundo o pesquisador, grande parcela das classes médias havia se posicionado à esquerda do espectro político, passando a apoiar as reformas de base propostas por Goulart. Com isso, os grandes empresários temiam que suas posições privilegiadas na ordem social do país fossem mudadas. Com isso, constitui-se logo uma aliança com as Forças Armadas na retirada dos governantes em exercício, substituindo-os por outros, ligados aos potentados privados

Era natural, nessas circunstâncias, que os grandes proprietários e empresários, nacionais e estrangeiros, temessem pelo seu futuro em nosso país e se voltassem, agora decididamente, para o lado das Forças Armadas, a fim de que estas depusessem os governantes em exercício, substituindo-os por outros, associados aos potentados privados, segundo a velha herança histórica.(COMPARATO, 2014, p.8)

¹² A noção de *capital-imperialismo* adotada pela historiadora brasileira Virgínia Fontes busca evidenciar um salto de qualidade do imperialismo. Ao dialogar com o conceito de *imperialismo* formulado por Lênin, em sua obra *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*, Virgínia Fontes destaca que a partir dos anos 1990 passou a existir uma remodelagem do sistema capitalista, levando em consideração o seu caráter financeiro. A ideia de capital-imperialismo procura recuperar os conceitos clássicos para explorar um presente forçosamente diverso do período no qual nasceram, mas que representa a continuidade e o aprofundamento da mesma dinâmica do capital.

O processo político que destituiu João Goulart do poder e que implantou um Estado de exceção no Brasil se caracterizou como uma intervenção militar contra um governo constitucionalmente eleito, irrompendo um regime democrático. Com o advento da Ditadura, foram implantadas políticas econômicas que aceleraram a acumulação de capital através da super exploração das classes trabalhadores.

Sendo assim, o Golpe de 1964 foi entendido como uma ação de classe pelo historiador Demian Bezerra de Melo. Mais que um movimento classista, seus estudos identificam quais frações da classe dominante conspiraram no golpe e que depois enriqueceram abruptamente durante a ditadura. Para o autor de *“O golpe de 1964 como uma ação de classe”*, a ditadura representou um grande negócio para o grande capital.

Para o pesquisador, algumas evidências reforçam a tese de que houve sim um Golpe e uma Ditadura Empresarial-Militar. Como evidências disso, temos a aceleração da acumulação capitalista, a expansão da fração do capital ligada à indústria de bens duráveis e o fortalecimento de outras frações das classes dominantes brasileiras.

Como exemplos eloquentes, pensemos o empresariado ligado à construção civil (como os grupos Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Odebrecht), à indústria pesada (Gerdau, Votorantim, Villares, entre outros), sem esquecer o sistema bancário (de que são exemplos os grupos Moreira Salles, Bradesco e Itaú), grupos que construíram ou consolidaram seus impérios naquele contexto. No ramo das telecomunicações, a maior empresa do país, a Rede Globo, cuja trajetória de colaboração com o regime ditatorial está bem descrita no documentário *Muito Além do Cidadão Kane*, de Simon Hartog (Reino Unido, 1993), deve ser incluída na lista. (MELO, 2012, p.3)

Destacar quem foram os civis que conspiraram, elaboraram um projeto de tomada do Estado e destituíram um presidente democraticamente eleito, é algo muito relevante para a compreensão desses grandes processos históricos da política nacional. Distanciar-se da classificação "civil-militar", tão usada atualmente pelo campo revisionista, representa a necessidade de que a história da Ditadura precisa ser sempre reescrita a cada geração.

Talvez o termo Empresarial-Militar proposto por René Dreifuss seja um caminho para criticarmos as novas abordagens que procuram "anistiar historiograficamente" aqueles que procuram equiparar todos os sujeitos sociais que participaram e viveram aqueles anos. A adesão a esta concepção teórica toca na questão referente ao lugar social dos gestores e donos dos grandes jornais do estado do Maranhão. Assim como no eixo sul-sudeste, os proprietários desses meios de comunicação foram empresários e de certa forma podem ter aderido ou não ao projeto de classe que se tornava hegemônico em 1964.

Homogeneizar as responsabilidades da "sociedade" e dos "autoritários" com certeza não é a melhor opção para que as reflexões e análises históricas vindas da academia contribuam de forma positiva para a sociedade brasileira de modo geral. Cabe identificar o teor classista do movimento, seja de adesão ou resistência ao projeto de tomada de Estado daquele período da história do nosso país.

A adoção do termo "empresarial-militar", no que se refere tanto ao golpe de 1964 quanto ao regime autoritário subsequente, representa a marcação de um posicionamento dentro dos embates teóricos em torno do caráter da conspiração que destituiu João Goulart do executivo federal e dos posteriores anos de estado de exceção. Tendo em vista a utilização do termo "civil-militar" por uma corrente revisionista que confirmar e reproduz uma série de mistificações sobre o período, endossamos a aplicação do termo "Empresarial-Militar", também proposto pelo historiador René Armand Dreifuss em sua já citada obra *1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*, na qual é ressaltado o caráter classista do Golpe e da Ditadura.

3. APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS: a Imprensa Maranhense durante o Governo João Goulart.

Desde de sua posse em 8 de setembro de 1961, em meio a uma grave instabilidade política oriunda da renúncia de Janio Quadros ao cargo de Presidente da República, João Goulart passou a enfrentar forte crise político-militar. O momento de maior tensão antes da posse do vice-presidente pedetista foi o veto dos ministros militares à sua chegada ao poder. Jango, assim, só conseguiu assumir o executivo a partir da adoção do regime parlamentarista, em Ato Adicional à Constituição. Essa foi a alternativa encontrada para solucionar o conflito entre os segmentos militares que não queriam João Goulart na presidência e aqueles setores que defendiam a legalidade e o respeito à constituição, parcela liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

A intensa ligação de Jango com as classes trabalhadoras (ele havia sido Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas), e suas propostas reformistas como o Plano Trienal e as Reformas de base (planos e reformas adotadas já em seu governo presidencial), puseram João Goulart no centro da crise política que o Brasil vivia na primeira metade da década de 1960.

O receio por parte dos grupos conservadores, do capital estrangeiro, e de parte da classe média brasileira de que o Brasil viesse a se constituir num país influenciado pelo comunismo tornar-se-ia o grande argumento de crítica ao governo de João Goulart. Portanto, é neste contexto que os jornais impressos dos principais centros do país vão ter grande papel nos embates de projetos políticos-ideológicos que perpassavam no país.

Durante o governo Goulart a imprensa teve protagonismo na divulgação do fantasma do comunismo, da explicitação do "caos administrativo", e da necessidade de restabelecimento da ordem a partir de uma ação militar. No entanto, cabe ressaltar que esse foi um comportamento de grande parcela dos jornais, mas não de todos. Existiram aqueles que adotaram uma postura contrária.

É possível identificar três grandes momentos de mobilização da imprensa nacional durante o governo de João Goulart. Segundo Alzira Alves de Abreu, num primeiro momento, a maioria dos principais jornais do país (*Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Última Hora, A Noite, Correio Brasiliense e Zero Hora*), respaldados em uma postura partidária, acabaram por defender a posse de Jango mediante a solução parlamentarista. Apenas os jornais *O Globo e O Estado de São Paulo*, dois grandes periódicos de posicionamentos visivelmente conservadores, mostraram-se contrário a assunção do então vice-presidente.

No segundo momento o comportamento hegemônico da imprensa nacional foi de repúdio as ações de João Goulart, como podemos ver:

Mas essa posição alterou-se rapidamente devido à forte radicalização política que marcou todo o governo Goulart, com uma escalada de greves, movimentos dos baixos escalões das Forças Armadas e com uma taxa de crescimento econômico em queda e elevados índices de inflação. Esse momento político assistiu também a um acirramento da Guerra Fria, o que contribuiu para exacerbar as posições ideológicas em conflito. A esses fatores se juntaram as ambiguidades do governo no encaminhamento de soluções para os problemas básicos com que se defrontava o sistema político.(ABREU, 2006, p.01)

O terceiro momento, período marcado pela Revolta dos Sargentos, dá início ao completo afastamento de grande parte da imprensa em relação ao presidente João Goulart. Aceleraram-se as críticas à política de governo e a personalidade de Jango. O medo da instauração de uma república sindicalista assustava setores da sociedade brasileira.

O apoio aos sargentos, por parte de Jango, feria, na visão daqueles, a tradição hierárquica da alta oficialidade nacional. Com isso, já nos idos de março de 1964, a grande imprensa, partícipe da conspiração, clamava por uma ofensiva militar que retirasse Jango do poder.

São raros na historiografia maranhense os estudos que analisam o papel da imprensa na posse, governo e queda de João Goulart. A coalizão empresarial-militar responsável pela destituição de João Goulart da Presidência da República precisava conquistar o consenso da sociedade brasileira a partir da liderança cultural, política e ideológica. Sendo assim, seria extremamente necessário que a imprensa, no campo da sociedade civil, contribuísse na formação de uma opinião pública favorável aos interesses das classes dominantes do país.

Neste contexto, a imprensa escrita se torna um dos grandes Aparelhos Privados de Hegemonia¹³, no prisma gramsciano, dentro da Sociedade Civil, estabelecendo importante função dentro dos embates entre direita e a esquerda no Brasil naquele momento. Portanto, os jornais de todo o país travariam intensas batalhas em apoio e crítica ao governo de Jango e, posteriormente, à ofensiva autoritária iniciada em 31 de março de 1964.

No caso do Maranhão, em especial de sua capital São Luís, existiram sete grandes jornais em circulação durante o ano de 1964. O *Jornal do Dia*, *O Imparcial*, *Jornal do Povo*, *Jornal Pequeno*, *Correio do Nordeste*, *Jornal do Maranhão* e *Diário da Manhã* formavam a grande imprensa escrita local. No entanto, o objetivo desta pesquisa é analisar

¹³ Entidades do campo da sociedade civil voltadas à propagação de ideias de propósito construir uma hegemonia, ou seja, são organismos sociais privados que procuram estabelecer a adesão de terceiros de forma voluntária e não coercitiva a serviço de um interesse de classe ou de frações de classe. Ver melhor em Cadernos do Cárcere. Volume 3.

comparativamente o posicionamento institucional dos jornais *O Imparcial* e *Jornal Pequeno*, dois dos principais jornais daquela época no estado.

Examinaremos de que forma esses dois importantes jornais da capital maranhense ressoaram os principais processos históricos do governo João Goulart, desde sua posse perpassando por momentos como o plebiscito que derrubou o parlamentarismo, a condução da política econômica, e a grandes rebeliões militares, findando naquele tenso mês de março de 1964 no qual o país teria o seu presidente destituído, dando a início a duas décadas de ditadura.

O *Jornal Pequeno* tinha em média seis páginas, era vendido ao preço de 20 cruzeiros e era organizado por temáticas, tendo colunas variadas sobre trabalho, economia, política, cultura e esportes. Seus principais jornalistas eram Borba Santos, Eyder Paes, Othelino Nova Alves e Paulo Nascimento Moraes.

Com os anos, é possível perceber o caráter nitidamente político desse periódico. Diário de orientação popular, tendo como diretor José Ribamar Bogéa e gerente, Quintino Bogéa. Atualmente, permanece sendo um jornal diário com colunas diversificadas, mas tendo destaque as denúncias políticas. Naquele momento o *Jornal Pequeno* caracterizava-se por seu partidarismo oposicionista ao governador Newton Bello (PSD).

O jornal *O Imparcial* é um periódico de grande circulação no Estado do Maranhão, um dos poucos daquela época a funcionar até os dias de hoje. Jornal informativo fundado em 1º de maio de 1926, tinha J.Pires como diretor. Tornou-se, mais tarde, órgão dos *Diários Associados*, grande conglomerado da comunicação ligado a Assis Chateaubriand. Pires Saboia (Deputado Federal pela ARENA na legislatura de 1967-1971) foi seu diretor geral no ano de 1964.

O impresso possuía doze páginas, custava 30 cruzeiros novos era organizado por temáticas, tendo colunas variadas sobre trabalho, economia, política, cultura e esportes. Os principais colunistas que assinavam no periódico Assis Chateaubriand, proprietário do órgão máximo do qual *O Imparcial* fazia parte; Austregésilo de Athayde, jornalista pernambucano e membro por anos da Academia Brasileira de Letras; Octávio Gouveia Bulhões, que assinava as colunas de economia, sua área de formação. Posteriormente foi Ministro da Fazenda do primeiro governo ditatorial sob a tutela de Castelo Branco.

3.1. Da Posse ao Plebiscito: A Imprensa e o Tom Conciliatório

Com a renúncia do presidente udenista Jânio Quadros e o veto de seus ministros militares à posse do petebista João Goulart, veio a tona um significativo debate sobre a preservação da Constituição. Em todos os âmbitos da sociedade civil e do Estado, a garantia dos princípios democráticos foi uma discussão que dominou o país entre 25 de agosto de 1961 (renúncia de Jânio Quadros) e 7 de setembro do mesmo ano (posse de Jango).

O Jornal Pequeno, que tinha e ainda tem grande prestígio no estado do Maranhão, apoiou a posse do vice-presidente João Goulart. Em virtude da crise política em torno da legalidade, o impresso compara a democracia brasileira a um doente em "estado terminal", que "respira por aparelhos", afirmando que a solução democrática, caracterizada naquele momento pela posse de Jango, seria o melhor caminho para o fim das agitações e para a manutenção da carta magna.

O jornal destaca que expressiva parcela do eleitorado do país optou por João Goulart ao cargo de vice-presidente e que impedir sua posse naquele instante era agravar a crise política no Brasil advinda da renúncia de Jânio Quadros. O editorial do Jornal Pequeno de 30 de agosto explicita esta situação:

É preciso respeitar a soberana decisão das urnas. Necessário se torna assegurar o direito político de Jango Goulart assumir o governo, dentro dos princípios constitucionais, se é que a nossa carta magna ainda vale alguma coisa. Fora disso, qualquer atitude é democraticamente ilegítima, discricionária, abusiva. (Jornal Pequeno, 30 de agosto, 1961, p.01)

No primeiro dia de setembro daquele ano, o periódico, em editorial intitulado "O dever do Parlamento", ressalta a importância da maior representação legislativa do país na defesa da democracia. Evitar a ação daqueles que trabalhavam pela supressão dos direitos democráticos era a real missão da casa. Sendo assim, evitar a "tirania política" se fazia mais que necessário aos olhos do Jornal Pequeno.

Formada a Rede da Legalidade em 27 de agosto de 1961, decorrência do veto dos ministros militares à posse de João Goulart e com o intuito de transmitir, diretamente do palácio do governador do Rio Grande do Sul, apelos, marchas militares e negociações entre o Congresso e segmentos das Forças Armadas, a solução parlamentarista veio a tona. Buscar um mecanismo que facilitasse a posse de Jango, mas que não desagradasse de todo modo os ministros militares era o caminho a ser seguido.

Em consequência da crise instalada, formou-se no Congresso nacional uma coalizão entre o PSD, segmentos da UDN e do PTB, grupos de nacionalistas e vários setores da

esquerda, com apoio da parcela legalista dos militares. Esse grupo lutava pela continuidade democrática além claro da resolução do impasse político. Sendo assim, foi aprovada, em 2 de setembro de 1961, a emenda parlamentarista.

Em matéria intitulada "Retrato sem retoque: a ditadura branca" a jornalista Adalgisa Nery pontua que as ações dos ministros militares são negativas, desrespeitosas com a democracia e com o próprio princípio das Forças Armadas de hierarquia. Em determinado momento de seu texto ela também convida a todos, com perceptível tom de desconfiança, a analisar o parlamentarismo adotado, indagando se ele seria mesmo uma solução para todos os problemas do país

Em nome de quem foi rasgada a Constituição e colada com a emenda parlamentarista? Acham que o parlamentarismo solucionará os problemas nacionais? Então vamos estudá-lo com o tempo, com responsabilidade e não instituí-lo como esparadrapo sobre a nossa carta magna (Jornal Pequeno, 09 de setembro, 1961, p.01)

Para Edson Vidigal Jr o parlamentarismo serviu apenas para "manter acesas as chamas das paixões políticas, estimulando novos choques, o que fará prolongar a crise." Acredita ele que esse regime será uma "porta aberta aos demagogos" e que aconteceu sim uma "revolução" no país, já que houve o cumprimento na câmara e no senado de violenta reforma política.

A matéria de 15 de setembro escrita pelo jornalista Paulo Nascimento Morais foi ainda mais enfática nas duras críticas ao parlamentarismo instaurado naquele momento:

Parlamentarismo que nada mais é que um golpe, uma ditadura imposta pelos grupos reacionários. E ninguém melhor do que eles sabem de que tal tipo de governo não resolver os problemas do Brasil. Não vai atender aos interesses do povo, as reivindicações do povo. Não vai realizar algo de grande em benefício dos problemas nacionais. (Jornal Pequeno, 15 de setembro, 1961, p.01)

Em consonância com o posicionamento de defesa dos preceitos democráticos, que aquele momento era representado pela posse de João Goulart, o jornal *O Imparcial*, veiculou importante editorial em 30 de agosto de 1961. "Serenidade e Coragem" afirmava que o povo brasileiro "não recebe com agrado às tentativas de subversão da ordem jurídica". Ressaltando-se, conforme visto, a "tradição de respeito à constituição" por parte do povo brasileiro.

Ao afirmar que as vozes vindas do Parlamento, das agremiações operárias e das universidades são em defesa da legalidade, *O Imparcial* apontava que "O Maranhão como não podia deixar de acontecer, acompanha, apreensivo, a marcha dos episódios mas não desmente e nem desmentirá por certo, seu glorioso passado de amor à lei e respeito à Constituição".(*O Imparcial*, 30 de agosto, 1961, p.01)

Para *O Imparcial* o presidencialismo era um "regime de corruptos" e que "a opinião pública se colocou ao lado da lei, mostrando maturidade política" Como podemos ver, nesse primeiro momento existe uma aproximação por parte da grande imprensa maranhense da época, em especial os jornais *O Imparcial* e *Jornal Pequeno*, com relação à figura do vice-presidente João Goulart.

Neste sentido, a grande campanha nacional está representa na manutenção da legalidade e do respeito aos preceitos constitucionais que se expressavam pela posse do vice-presidente Jango. Os jornais maranhenses em questão apoiaram essa causa e atuaram, segundo Gramsci, como partidos políticos. Vale ressaltar que a concepção gramsciana de partido não se refere basicamente ao que entendemos simploriamente por legenda partidária, e sim como a expressão de um grupo social capaz de organizar a vontade coletiva.

Aquele era um momento crucial e tenso para o país, e para estas situações os partidos tem uma significação importante, segundo o filósofo sardo "os partidos nascem e se constituem como organização para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para suas classes" (GRAMSCI, 2002, p. 61). Havia neste contexto, a presença de harmonia e equilíbrio entre os interesses de ambos os grupos sociais que estavam inseridos nas organizações jornalísticas, em grande parte da esfera estatal e na maioria da sociedade civil.

Momento de grande efervescência política do governo João Goulart, o plebiscito que definiu o fim do parlamentarismo e o retorno do presidencialismo foi visto com desconfiança pelo *Jornal Pequeno*. O editorial de 6 de janeiro de 1963, dia da votação, estampava esse sentimento: "Através de uma campanha financiada pelos cofres públicos Jango Goulart procurou coagir a consciência nacional, lançando mão de todas as armas e artifícios do poder político"¹⁴

A opinião da publicação era a de que o dinheiro gasto na campanha do "não" poderia ter sido direcionado para a construção de hospitais e escolas. Além disso, o apoio de vários políticos à volta ao presidencialismo nada mais era que o desejo de retorno do velho sistema de favores e concessões do Estado, algo mais difícil com o parlamentarismo. Jango custear a campanha, nada mais foi que uma forma de pressionar o eleitorado nacional e de corromper os partidos políticos.

No entanto, dentro do próprio jornal, houve quem encarasse com positividade a vitória da campanha plebiscitária em favor do "não". O texto "Adeus, Parlamentarismo!" de Luís

¹⁴ *Jornal Pequeno*, 6 jan. 1963.

Mendes de Oliveira deixa claro que a partir dali se iniciava um novo período da política nacional

Agora, que te foste, o povo brasileiro vai aguardar o teu substituto, com suas reformas apregoadas através da imprensa falada e escrita e, ainda, em dísticos por toda parte espalhados, quiças, até por aqueles que ontem te instituíram e hoje te negaram, impiedosamente (Jornal Pequeno, 09 de janeiro, 1963, p.03)

O *Jornal Pequeno* foi ainda mais veemente na defesa do regime presidencialista que acabava de ser aprovado pelas urnas em todo o Brasil, afirmando que o "eleitorado expulsou o parlamentarismo imposto pelos traidores da pátria"¹⁵. Abdegard Brasil Correa, colunista do periódico, foi incisivo ao representar aquele novo momento da política nacional dizendo que "quem não estiver de acordo que vista-se de homem e enfrente a Revolução"¹⁶

O jornal *O Imparcial*, em editorial do dia 6 de janeiro de 1963, data do plebiscito, trata da votação de maneira bem didática, sem expressar posicionamento contrário ou de apoio a qualquer dos regimes políticos em disputa na consulta pública. O texto destaca o pouco interesse dos maranhenses pela votação, levando em consideração o investimento maciço em publicidade para a campanha.

Além disso, o editorial traz instruções sobre os locais e seções de votação, assim como sobre o recebimento das urnas por parte do Tribunal Regional Eleitoral. Na parte final do texto, *O Imparcial* dá simples instruções de como votar:

Para escolher entre os dois sistemas de governo de sua preferência, o eleitor receberá da mesa receptora uma cédula oficial de que conta a seguinte pergunta "Você aprova o Ato Adicional que instituiu o Parlamentarismo?" Respondendo a essa pergunta o eleitor marcará com um X dos quadriláteros que se encontram ao lado das palavras SIM e NÃO. (O Imparcial, 06 de janeiro, 1963, p.01)

Após a votação, no dia 9 de janeiro de 1963, com os resultados já indicando a vitória do "não" ao parlamentarismo, *O Imparcial* pontuava sobre o repúdio do povo àquele regime vigente até então, destacando o grande comparecimento de eleitores nos principais estados como a Guanabara e São Paulo, fato que surpreendeu a maioria dos brasileiros.

Na Coluna do PSD intitulada "Lição do plebiscito" há uma importante reflexão sobre o pleito, mas a partir da visão do partido do então governador do Maranhão, Newton Belo. O texto reflete a grande disputa política em âmbito regional, levando em consideração e tendo como eixo a questão do plebiscito.

¹⁵ Jornal Pequeno, 10 jan. 1963.

¹⁶ Jornal Pequeno, 10 jan. 1963.

Tal coluna aponta que a grande quantidade de eleitores presentes na votação no estado do Maranhão, especificamente, expressava a decepção dos "derrotistas de todas as matizes com" a "capacidade de entendimento político do povo maranhense". O texto criticava abertamente figuras de oposição dentro da política maranhense da época, como Neiva Moreira e José Sarney, afirmando que estes pouco se envolveram na campanha do referendo, desacreditando no "espírito cívico" do eleitor maranhense.

O governador do estado pelo PSD era alvo de intensos elogios na coluna de seu partido, tendo esta ratificado que Newton Belo havia empregado esforços no sentido de que o compromisso assumido com o presidente Goulart lograria êxito, na vitória do plebiscito em favor do presidencialismo:

Essa a lição do plebiscito, a grande vitória do PSD, a certeza do povo de que somente poderá contar com o partido majoritário, o atendimento ao apelo que tem o preclaro Governador Newton Bello, a elevação do prestígio do Maranhão nos altos comandos da república que será traduzido com inúmeros benefícios que o presidente João Goulart proporcionará através do encaminhamento e solução das reivindicações do nosso Governador. (O Imparcial, 09 de janeiro, 1963, p.01)

O embate em torno da questão do plebiscito suscitou a conclusão de que o jornal *O Imparcial* apresentava naquela época, período no qual os jornais eram bastante partidários, um intenso apelo governista, representado pelo grande espaço que o PSD tinha nas matérias, editoriais e colunas, na maioria das vezes em tom elogioso à figura de Newton Bello, governador do Maranhão pelo partido.

Neste sentido, no que tange ao parlamentarismo e ao plebiscito, tanto o *Jornal Pequeno* quanto *O Imparcial* posicionaram-se de maneira alinhada aos interesses da presidência da república, ou seja, havia de certa forma o apoio, naquele momento, dos periódicos com relação ao desejo de retorno do regime presidencialista por parte do executivo nacional.

3.2 Crise econômica e tensão política: o desgaste de Goulart nos jornais maranhenses

O ano de 1963 foi marcado pelo período de início do grande desgaste político do presidente João Goulart. Ataques pessoais de políticos rivais, críticas ao plano econômico adotado pelo governo federal, o aumento da inflação e a carestia eram os problemas mais recorrentes nas manchetes de jornais.

Com o *Jornal Pequeno* não foi diferente, no entanto algumas ações do governo Goulart recebiam boas críticas, o caso do IBAD foi um deles. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática

foi impedido de exercer suas atividades naquele ano. Para o jornal maranhense, de orientação popular, atividades de cunho político e eleitoral deveriam ser exercidas exclusivamente por partidos políticos, não por agências civis, como fazia o IBAD.

Portanto, para o jornal, o governo interpretou a vontade do povo, suspendendo as atividades de associações que descaracterizavam o regime democrático. O editorial de 2 de setembro, diante da ação do governo federal, destacou que

Considerando o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a Ação Democrática Popular (ADEP) são associações civis que notoriamente exerceram e vem exercendo atividade político-eleitoral, intervindo no processo de escolhas dos representantes políticos do povo brasileiro e pretendendo a tomada do poder, através da corrupção eleitoral. (Jornal Pequeno, 02 de setembro, 1963, p.01)

A Revolta dos Sargentos do dia 12 de setembro de 1963, em Brasília, caracterizou-se como um dos momentos de maior desgaste do governo de João Goulart, representando também uma nova fase de relação entre a imprensa e as ações do presidente. A realidade maranhense não destoou muito do posicionamento dos grandes jornais do país.

Naquele momento o *Jornal Pequeno* apontava, em editorial de 17 de setembro de 1963, que o "Movimento de Brasília" nada mais era que a presença de uma grave crise no organismo da nação. A crítica que se fazia era a respeito da anulação do voto do povo:

É realmente ridícula essa democracia, ou melhor, esse arremedo de democracia. Depois dos sargentos eleitos e empossados nos cargos eletivos é que se acharam de argumentar que são inelegíveis. O direito de exercer o mandato do povo é comum a qualquer cidadão brasileiro. (Jornal Pequeno, 17 de setembro, 1963, p.01)

Além dessa profunda crise política advinda da rebelião dos sargentos, Jango enfrentava duras críticas de vários segmentos da sociedade civil no que tangia a economia do país. A grave situação financeira, entendida pelo *Jornal Pequeno*, apresentava-se em forma de inflação galopante, fome e miséria. Para o jornal, em várias matérias, o país estava assolado por uma crise retrada em greves, exército sem coesão e instituições ineficazes.

Em matéria assinada por Hilton Falcão, intitulada "Retratos do Brasil", o *Jornal Pequeno* fazia uma reflexão pessimista do país:

A insatisfação no povo é alarmante, se tornando quase incontrolável pelos poderes competentes. Situação financeira do país já não há esperanças no seu controle. A inflação assume proporções desastrosas invadindo os lares através da miséria e da fome. Greves estão eclodindo em quase todas as camadas profissionais do país. (Jornal Pequeno, 19 de janeiro, 1963, p.02)

O Imparcial, já na década de 1960, era um dos periódicos que faziam parte dos Diários Associados, grande conglomerado das comunicações fundado por Assis Chateaubriand, e que exercia grande importância na construção de consenso na época. Logo, o posicionamento institucional do jornal maranhense se baseava na reprodução de editoriais, colunas e matérias escritas, em sua grande maioria, por jornalistas de outros estados, tecendo, na maior parte das vezes, análises da política em âmbito nacional.

A rebelião militar organizada por cabos, soldados e suboficiais da Marinha e Aeronáutica em Brasília, motivada pela inelegibilidade estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal de sargentos para cargos políticos do legislativo, transpareceu a forte crise institucional que o país se encontrava. O apoio de João Goulart aos revoltosos acabou mexendo com brio da oficialidade das três armas. Naquele momento a disciplina militar representada pela hierarquia e pela ordem estava sendo desrespeitada pelo presidente, na visão dos militares.

Com esta situação, desconfianças em torno das "intenções continuístas" de Jango pairavam em vários setores da sociedade brasileira. Para os oficiais mais graduados, suspeitava-se ferozmente que Goulart preparava um golpe para se manter no poder por mais tempo. *O Imparcial* mostrava desconfiança em Goulart antes mesmo da rebelião dos sargentos. O Plano Trienal apresentava-se como um elemento de descrença, pois nele "residia a mais poderosa e eficiente célula que até hoje o bolchevismo internacional já montou em qualquer país a ser invadido" (*O Imparcial*, 04 de março, 1963, p.01)

Seu mentor, o economista Celso Furtado, era chamado por Assis Chateaubriand de "procurador vermelho", tendo em vista que seu plano econômico nada mais era que um programa para se chegar ao "marxismo-leninista". Para o jornalista, que tinha sua coluna diária reproduzida no jornal *O Imparcial*, o projeto, aprovado por Jango, levaria o Brasil, em pouco espaço de tempo, a se transformar em uma "nação vermelha".

O claro discurso anticomunista, dirigido em grande parte à classe média local da época, tinha, nas publicações de *O Imparcial*, um amplo meio de disseminação dentro da sociedade maranhense. A forte ligação de Goulart com o Partido Comunista, na visão do jornal, representava, a partir do Plano Trienal e também das encampações, em especial de Capuava, atos em prol da ação bolchevista dentro do Brasil.

O Jornal *O Imparcial*, diante da rebelião militar de Brasília e da resposta dada pelo governo, em coluna assinada por Austregésilo de Athayde, defende o afastamento total de militares da política, que estes cabos e soldados manifestaram-se de maneira intolerável,

desrespeitando a hierarquia militar. "Será facultado a políticos demagogos peculatórios instigar inferiores das Forças Armadas a fazerem uso de suas armas, cobrindo o país de vexame, além da perda de sangue e vida que houve na madrugada de quinta-feira" (O Imparcial, 21 de setembro, 1963, p.02)

O Imparcial naquele momento explicitava claramente sua guinada para o lado de oposição ferrenha a João Goulart. Suas matérias, colunas e editoriais, em sua grande maioria, apresentavam, em forma de crítica, os interesses das classes dominantes do país. Por ser parte de uma grande conglomerado empresarial das comunicação que era o *Diários Associados*, o jornal maranhense mostrava-se ali um organismo voltado para defender e desenvolver uma ideologia de classe.

O Jornal Pequeno, seguindo outro viés, mas mostrando-se também distante em diversas situações de João Goulart, explicitou a profunda crise que pairava no organismo institucional do país. No entanto, a crítica que se fazia, seguia uma linha contra-hegemônica ao consenso que pairava na grande parte da imprensa escrita do país e da qual o jornal O Imparcial corroborava. Para o Jornal Pequeno, a não posse dos subalternos das três armas, depois de todo o processo de campanha e pleito, suscitava a questão da anulação do voto do povo, um desrespeito aos fundamentos constitucionais.

O ano de 1964 chegou coberto de incertezas políticas e econômicas. A ineficácia do governo de João Goulart em solucionar o problema da inflação, da carestia e de amenizar o clima de tensão social vivido era notória. Vários segmentos sociais, sejam eles localizados no espectro política da direita, centro ou esquerda demonstravam, em diferentes níveis, suas insatisfações com o executivo nacional.

A crise institucional no mandato de Jango chegou ao seu ápice nos três primeiros meses de 1964. Importantes acontecimentos marcaram aqueles dias de prelúdio do golpe de estado que estava prestes a se concretizar. O comício gigantesco da central do Brasil no Rio de Janeiro, a Revolta dos Marinheiros e famosa reunião no automóvel clube de São Paulo ficaram para sempre na história recente do país.

Os últimos meses de regime democrático se destacaram pelo forte clima de conspiração que pairava no ar. A estreita relação que Goulart passou a ter com as esquerdas em 1964 serviu para intensificar o receio, por parte dos setores reacionários, de que o presidente dissolveria o congresso com o intento de se perpetuar no poder.

A mobilização em torno das reformas de base se tornou mais poderosa a partir da promoção de vários comícios pelas principais cidades do Brasil. Sendo assim, cabe apontar de

que forma esses fatos históricos e políticos foram divulgados aqui no Maranhão através da ótica dos jornais *O Imparcial e Jornal Pequeno*.

O *Jornal Pequeno*, que sempre teve sua história ligada aos anseios populares, tratou aqueles meses finais de democracia como um período importante de luta em favor da melhoria de vida dos trabalhadores. Em editorial de 24 de janeiro de 1964, o periódico traz uma análise das estratégias de ação do PCB e dos grupos esquerdistas liderados por Leonel Brizola, Miguel Arraes e Almino Afonso para a execução das reformas de base

Teria chegado a hora de assegurar a unidade do movimento esquerdista, coisa que só poderia ser obtida por duas maneiras: a integração das esquerdas num governo que adotasse desde logo medidas práticas de reforma, abrindo suas portas inclusive a membros do movimento; e o deslocamento dos comunistas e do governador de Pernambuco da linha contemporização para o centro da ação revolucionária. (*Jornal Pequeno*, 24 de janeiro, 1964, p. 03)

No comício do dia 13 de março na Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Goulart assinou dois decretos: um de desapropriação de terras que ultrapassassem 100 hectares, localizados à margem de 10 km de ferrovias e rodovias federais, e de propriedades de mais de 30 hectares situados em zonas de bacia de irrigação de açudes federais; e outro nacionalizando refinarias de petróleo privadas e empresas de donos brasileiros.

Essas medidas foram o aceno dado para as conspirações mais fortes entre civis e militares em prol da destituição do presidente da república. No entanto, o posicionamento do *Jornal Pequeno* percorreu outro caminho daquele traçado pelos conspiradores. O caminho escolhido foi o de criticar àqueles que defendiam a democracia com o pretexto de combater o comunismo.

Para o jornalista Eyder Paes, que assinava a coluna intitulada "Os Democratas", o regime democrático corria grave risco de estrangulamento, tendo em vista que os "pais da democracia" suspeitavam de uma "inspiração vermelha" por parte de Jango. Para ele, as reformas de base viriam "impulsionadas pelo processo histórico nacional", e que agitadores do tipo de Lacerda viviam de insinuações que ameaçam o regime

A direita, que é força poderosa, responsável pela queda de Janio, tudo fez para que Jango não se empossasse no governo da República contando com a cumplicidade de militares, que apoiavam o dispositivo golpista armado contra essa democracia, de que agora se rotulam defensores. (*Jornal Pequeno*, 25 de março, 1964, p.02)

O Jornal Pequeno continuou com sua bandeira popular ao abrir espaço para o Comando Geral dos Barnabés na exaltação da luta em favor da vitória das classes trabalhadoras e da execução das reformas de base

Assim é que os Barnabés federais do Maranhão ao mesmo tempo que lutam pela par inane com os militares, 13 salário, salário móvel e direito de sindicalização manifestam sua disposição de apoio às reformas de base, preconizadas pelo senhor presidente da república e imprescindíveis para que boa nação se torne realmente rica pela justiça social que colocará suas riquezas ao alcance de todos. (Jornal Pequeno, 25 de março, 1964, p.03)

Aquele era um momento de grande efervescência política e crise institucional representada pela intensa movimentação das classes trabalhadores, dos movimentos camponeses, dos soldados, cabos e sargentos das Forças Armadas. Neste sentido, os jornais maranhenses, nas figuras do Jornal Pequeno e O Imparcial, tornaram-se espaços de ação política dirigente, na óptica de Gramsci, ao assumirem a função de partidos.

Ambos, através de seus redatores de editorial e colunistas, passaram a disputar no campo da sociedade civil os diferentes interesses de classes. Naquele momento O Imparcial, interpretava e ressonava todas aquela movimentação política de forma negativa, endossando o discurso anticomunista, tão comum naquela época. Enquanto isso, o Jornal Pequeno tecia profundas críticas à direita e sua ação conspiratória, e também destacava a necessidade de união e ação dos trabalhadores contra as investidas dos reacionários e conservadores. Isto posto, fica mais que claro que esses dois periódicos exerceram uma função de direção política e construção de consenso de acordo com suas concepções ideológicas.

Após o golpe de estado em 31 de março de 1964, o *Jornal Pequeno*, em editorial assinado por João Rocha de Jesus, datado de 3 de abril do mesmo ano, conclamava o povo para enfrentar os reacionários e "antipovo" liderados por Lacerda, Adhemar e Calmon. Para o autor, o grande dia estava próximo, a consciência revolucionária do povo amadurecia e era obrigação de cada brasileiro se preparar para o "grande desfecho", "Agonizava o regime da liberdade no Brasil" (Jornal Pequeno, 01 de abril, 1964, p.01). O movimento político-militar de 1º de abril era classificado como um golpe da direita e dos seus interesses. Junto dos representantes das armadas, Magalhães Pinto é apresentado como um dos mentores do golpe ao lado do governador da Guanabara Carlos Lacerda.

O editorial assinado por Eugenio Gudín classifica as ações do governo Goulart como prerrogativas de um "golpe branco"

O Brasil apresenta, nos dias que ocorrem, um panorama político 'sui generis', o de um presidente substancialmente eleito por um partido conservador

majoritário (PDS), que uma vez conquistado o poder, trai a plataforma com que se apresentou e os brasileiros que o elegeram, transmutando em governo revolucionário. (O Imparcial, 1º Abril de 1964,p.04)

A matéria ainda traz uma comparação entre as "intenções" que Jango teria de uma revolução comunista no Brasil com os movimentos político-militares instaurados na Alemanha de Hitler e na Cuba de Fidel Castro

O autor também ressalta a vocação da política brasileira para a instauração de "golpes brancos" (Queda do Imperador em 1889, Revolução de 1930, derrubada de Vargas em 1945). Fala-se de uma delicadeza do povo brasileiro para justificar a falta de reação da população perante importantes acontecimentos políticos. Segundo o editorial, o objetivo do então presidente João Goulart era eliminar o congresso sem antes dissolvê-lo.

O jornal traz no dia 1º de abril uma matéria de capa falando da atuação de "forças democráticas", coalizão de civis e militares que participou da deposição do então presidente Jango. O golpe é classificado como um movimento de "resgate democrático".

Três importantes editoriais do jornal O Imparcial no mês de abril de 1964, reproduzindo a opinião dos Diários Associados, parabenizam a ação autoritária do 31 de março. O primeiro deles, intitulado "Posição coerente e firme", a posição desde o "primeiro instante ao lado das forças democráticas autênticas". Neste texto o "Diários Associados" parabenizava a Rádio Gurupí, dirigida pelo deputado Evandro Sarney e pelo jornalista Pires Sabóia, por "oferecer aos maranhenses todos os lances da vitoriosa arrancada democrática", como vemos a seguir:

A cobertura feita pela Gurupí foi completa e ampla, sem tergiversações ou dúvidas. Estava a empresa "associada" segura de que a Nação, num gesto de coragem e bravura, procuraria reconquistar seu prestígio abalado e restituir aos brasileiros a tranquilidade, a Paz, a segurança de que necessitam para o trabalho construtivo e honesto. (O Imparcial, 03 de abril, 1964, p.1)

O segundo editorial tratava das palavras do jornalista conservador João Calmon, que empreendeu uma campanha de viagens pelo Brasil em "defesa da Democracia". Ressalta-se o fato dele ter passado meses antes do golpe pela cidade de São Luís. Neste sentido, o editorial falava "o que se espera é que os homens de partido, o Congresso Nacional, o Poder Judiciário e as gloriosas Forças Armadas, na sua vigilância patriótica, saibam fazer cumprir, sem demora, as medidas reclamadas, consolidando definitivamente o prestígio da democracia restaurada" (Jornal Pequeno, 04 de abril, 1964, p.02)

"Operação Limpeza", o terceiro dos editoriais trazidos como expressão do posicionamento do jornal O Imparcial-Diários Associados, apontava a necessidade das forças

civis e militares de se empenharem na ação de "limpeza do Brasil". As esperanças estavam agora depositadas nas Forças Armadas neste árduo papel.

As forças civis e militares, que ofereceram ao país o maior exemplo de civismo de sua história estão empenhadas, agora, na ingente tarefa de proceder a total limpeza do Brasil, levantando a verdadeira extensão da ameaça que pesava sobre nossas cabeças. Essa tarefa deve receber todo o apoio do povo brasileiro, inclusive porque demonstrará que muitos patrícios estavam envolvidos numa trama cuja a extensão desconheciam. (O Imparcial, 05 de abril, 1964, p.1)

Como pode ser visto, com o passar do mandato do presidente João Goulart, o posicionamento institucional dos jornais O Imparcial e Jornal Pequeno foram mudando cada um a sua maneira, levando em consideração os interesses privados de cada instituição dessas. Aquele alinhamento apresentado nos primeiros anos, em prol da posse de Goulart foi sucumbindo com a crise que só aumentava em todas as partes.

O aumento da inflação e dos preços, a ineficácia das medidas econômicas com destaque para o plano trienal, as sucessivas greves de inúmeras de trabalhadores por todo o país junta da crescente politização dos setores subalternos das Forças Armadas serviu para que O Jornal Pequeno e O Imparcial distanciassem de Jango.

No entanto, cabe destacar que em meados de março de 1964 e logo após o golpe empresarial-militar, os dois periódicos mostraram-se bastante contrários em relação aos fatos que culminaram no rompimento institucional e democrático do dia 31. Sem sombra de dúvidas, o jornal O Imparcial se apresentou com uma postura bastante conservadora e reacionária, semelhante a grandes jornais do centro-sul, que receberam com profundos elogios a destituição do presidente democraticamente eleito.

Enquanto isso, o Jornal Pequeno mostrou-se em um caminho diferente, de crítica ao movimento político-autoritário do final de março e início de abril de 1964. Partindo das formulações teóricas do filósofo e ativista político Antonio Gramsci, esses dois jornais desempenharam importante função no campo da sociedade civil, de aparelhos privados de hegemonia e contra-hegemonia.

Na ótica gramisciana, levando em consideração o posicionamento institucional dos dois jornais, o Jornal Pequeno apresentou uma postura contra-hegemônica no sentido de que não se portou a favor de uma ação autoritária que tirasse Jango do poder sob o pretexto de combater o comunismo e a baderna vermelha, como os setores reacionários procuraram classificar o clima de tensão social representado em grande parte pela forte politização das classes trabalhadoras urbanas, dos camponeses e dos setores subalternos do Exército.

Porém, O Imparcial, seguindo a linha dos Diários Associados, sempre se mostrou crítico ao presidente Goulart no sentido mais conservador possível, tendo por diversas vezes usado de editoriais, matérias e colunas de forte teor anticomunista e antipopular, representando os interesses das classes dominantes, endossando o discurso reacionário daquele momento.

Tomando por base as elaborações teóricas de Antonio Gramsci, chegamos a conclusão de que análise do posicionamento institucional dos jornais O Imparcial e Jornal Pequeno expressam o importante papel que mídia impressa tinha de construir uma representação social do Estado. Cada jornal a sua maneira, ora demonstrando alinhamento com certos interesses da esfera do executivo federal, ora deslocando-se dos interesses da presidência da República na figura do senhor João Goulart, manifestaram seus interesses classistas sob a forma de portadores de uma vontade coletiva nacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou contribuir com a incipiente produção historiográfica maranhense no que tange aos estudos sobre o governo Goulart e Golpe de 1964. Levando em consideração as especificidades locais, ao utilizar enquanto recurso metodológico os jornais impressos do estado do Maranhão, o seguinte trabalho contribui para uma nova visão desta fase da História do Brasil Contemporâneo.

Ao destacar a necessidade de uma eficaz e cuidadosa aplicação os jornais enquanto fontes primárias, dentro dos estudos da História do Tempo Presente, procurou-se enfatizar o importante papel dos meios de comunicação na investigação histórica. Neste sentido as elucubrações teóricas do filósofo marxista italiano Antônio Gramsci sobre os conceitos de Estado ampliado, Hegemonia, Sociedade Civil, Sociedade Política, Aparelhos Privados de Hegemonia e Contra-Hegemonia, foram de extrema contribuição.

Portanto, analisar a função social, política e cultural dos jornais no campo da luta de classes do século XX são de extremamente caros ao presente estudo. Perceber os jornais locais enquanto “Aparelhos Privados de Hegemonia”, dentro do campo da Sociedade Civil, traz luz ao fato de que estas instituições procuraram estabelecer a construção do consenso dentro da sociedade maranhense a determinado projeto de classe ou de frações de classes.

Levando em consideração o embate historiográfico a respeito do governo João Goulart e também sobre o golpe de 1964, a seguinte pesquisa marca posição dentro dessa disputa teórica. Ao endossar a necessidade de aplicação do termo “empresarial-militar” para classificar todo o projeto de tomada de estado e o regime subsequente, procuramos identificar que o termo “civil-militar” não é suficiente para caracterizar a temática em questão.

A adoção do termo “civil-militar” pela corrente revisionista se mostra bastante insuficiente, pois procura dar conta de toda uma adesão social ao movimento político-autoritário que iniciaria uma ditadura de duas décadas. Porém, a identificação de um teor fortemente classista para o projeto de tomada e remodelagem do estado, advindo das pesquisas do historiador René Dreifuss, em sua fantástica obra *1964: a conquista do estado. Golpe de classe, poder e ação política*, destaca o protagonismo empresarial no processo de desgaste do governo democrático de Goulart, através de importantes organismos civis, entendidos, pela ótica gramsciana, como “Aparelhos Privados de Hegemonia”.

Neste sentido, perceber a realidade dos jornais locais, que são instituições geridas por jornalistas e empresários que procuraram, cada um seguindo seus interesses, estabelecer uma

hegemonia através de consenso dentro da sociedade civil maranhense, como no caso do jornal O Imparcial. No entanto, em determinados momentos o Jornal Pequeno adota postura totalmente contrária ao projeto que se tornaria posteriormente hegemônico.

Portanto, a pesquisa aponta que as vésperas do golpe este periódico atuou de maneira contra hegemônica, pois em meio à ofensiva militar do 31 de março, as principais matérias, colunas e editorias buscavam conclamar as classes trabalhadoras para defender o regime democrático. Tal postura foi sumariamente oposta ao discurso conservador e anticomunista do jornal O Imparcial.

Concluimos, assim, que o seguinte trabalho destaca a necessidade de estudo da história contemporânea brasileira, estabelecendo um espaço de protagonismo para as particularidades do estado do Maranhão. Sendo assim, as consequências dessa pesquisa acabam por colocar questões para o futuro como abordagem de novas fontes, métodos e abordagens.

Existe muito ser feito no que se refere à história do maranhão contemporâneo, em especial sobre o período Goulart e a ditadura empresarial-militar. Investigar novas temáticas como a questão agrária, a economia, a repressão e a redemocratização enfocando a dinâmica político-partidária maranhense é o caminho a ser seguido para que questões do passado sejam problematizadas no presente, pois, segundo Miguel de Cervantes “a história é émula do tempo, repositório dos fatos, testemunha do passado, exemplo do presente, advertência para o futuro”.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

Jornal Pequeno 30.08.1961 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 09.09.1961 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 15.09.1961 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 06.01.1963 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 09.01.1963 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 19.01.1963 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 02.09.1963 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 17.09.1963 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 24.01.1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 25.03.1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 03.04.1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 04.04.1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)

O Imparcial 30.08.1961 (Arquivo 05. Prateleiras 510-522)
 O Imparcial 06.01.1963 (Arquivo 05. Prateleiras 510-522)
 O Imparcial 09.01.1963 (Arquivo 05. Prateleiras 510-522)
 O Imparcial 04.09.1963 (Arquivo 05. Prateleiras 510-522)
 O Imparcial 21.09.1963 (Arquivo 05. Prateleiras 510-522)
 O Imparcial 01.04.1964 (Arquivo 05. Prateleiras 510-522)
 O Imparcial 03.04.1964 (Arquivo 05. Prateleiras 510-522)
 O Imparcial 05.04.1964 (Arquivo 05. Prateleiras 510-522)

Fontes Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. **A imprensa e seu papel na que de João Goulart**. CPDOC, 2006. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_imprensa_e_seu_papel_na_queda_de_Goulart

ALMEIDA, Jorge. **A relação entre mídia e sociedade civil em Gramsci**. Revista ComPolítica, n.1, vol. 1, ed.março-abril, ano 2011.

BRAVO, Guilherme Pigozzi. **O Partido Impreso: Imprensa e Hegemonia no pensamento político de Antonio Gramsci**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

- CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: Braziliense, 1979.
- COMPARATO, Fábio Konder. **Compreensão história do regime empresarial-militar brasileiro**. Rio de Janeiro, 2014.
<http://www.conversaafiada.com.br/politica/2014/03/11/comparato-ditadura-e-o-regime-empresarial-militar-brasileiro/>
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. **Visões do Golpe. A memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DE LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. in PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização, 2011.
- FERREIRA, Marieta Moraes. **João Goulart: entre a História e a Memória**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Democracia ou Reformas. Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FILHO, Eduardo Meinberg Albuquerque Maranhão. **Para uma História do Tempo Presente**. Revista Catarinense de História, Florianópolis, n.17, p.137-151, 2009.
- FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FONTES, Virgínia Fontes. **Brasil e o Capital-Imperialismo: Teoria e História**. Rio de Janeiro: Fiocruz e UFRJ, 2010.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. J. **O Presente como História: escrever a história de seu próprio tempo**. Novos Estudos CEBRAP N.º 43, novembro 1995 pp. 103-112.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

LEMOS, Renato . **Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964**. Marx e o marxismo, v. 2, p. 111-138, 2014.

MACHADO, Eduardo de Andrade. **História do Tempo Presente: um desafio possível**. http://tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5310:historia-do-tempo-presente-um-desafio-possivel&catid=36&Itemid=127.

MELO, D. B. **A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

_____. **Ditadura 'civil-militar'?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente**. Espaço Plural (Marechal Cândido Rondon. Online), v. 27, p. 39-53, 2012.

MORAES, Denis de. **A comunicação na batalha das ideias**. ACESSA.com Gramsci e o Brasil. revista eletrônica. <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1079>

MOREIRA ALVES, Márcia Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Editora Vozes, 2ª edição, 1984.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

O'DONNELL, Guillermo. **Tensões no Estado autoritário-burocrático e a questão da democracia**. In COLLIER, David. *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

REIS FILHO, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise política brasileira**. Rio de Janeiro: UFMG; Iuperj, 2003.

SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**.--- São Luís: edições SECMA, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. Editora Expressão popular, São Paulo, 2010.

SPOHR, Martina . **A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964**. Militares e Política (UFRJ), v. 9, p. 52-63, 2012.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita.** São Paulo, 2014.

_____ **Jango, um perfil.** Rio de Janeiro: Editora Globo, 2004.